



RELATÓRIO

**COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**



TEXTO E PESQUISA: PEDRO REBELO

REVISÃO E EDIÇÃO: RAFAEL SOARES

ARTE E DIAGRAMAÇÃO: ANA RIBEIRO

FOTOS: ACERVO KOINONIA

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



APRESENTAÇÃO

Este relatório foi desenvolvido pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj), em parceria com KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, com o intuito de mapear as dificuldades enfrentadas por estas comunidades no contexto da pandemia de Covid-19.

Este trabalho é fruto de pesquisa e entrevista com lideranças quilombolas ouvidas entre os meses de maio e outubro de 2021. O roteiro de perguntas serviu como base para a redação final da análise individual de cada comunidade. Os eixos da análise são: 1. Dados, 2. Contexto Histórico, 3. Panorama Atual, 4. Situação no contexto de pandemia, 5. Balanço Covid-19. Com estes eixos é possível traçar um panorama de cada comunidade.

As informações prestadas pelas lideranças quilombolas foram comparadas com o Atlas Quilombola, contido no site Observatório Quilombola, desenvolvido por KOINONIA, além de inúmeros artigos, estudos e notícias relacionados ao assunto.



**QUILOMBO BOA ESPERANÇA
AREAL**

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o Brasil se constitui como país baseado no massacre, exploração e escravidão dos povos indígenas e africanos. A opção por explorar mão de obra escravizada africana, no entanto, ganhou protagonismo na ação colonizadora ainda no século XVI. Com isso o Brasil se tornou o país com maior fluxo de africanos escravizados entre os séculos XVI e XIX.

Ainda no Período Colonial da História do Brasil os quilombos se constituíram como um espaço de luta e resistência da população escravizada. A palavra Quilombo é originária dos povos Bantu, presentes na região centro-sul africana, e tem como significado um lugar de estadia. No Brasil este termo foi adaptado para locais onde escravizados se refugiavam das grandes fazendas e engenhos, e ali estabeleciam comunidades livres e autônomas. Em todo país surgiram quilombos de diferentes tipos, mas com a mesma finalidade, sendo Palmares o mais conhecido da História.

A abolição de 13 de maio de 1888 foi um processo contraditório que não garantiu aos negros condições de inclusão social e superação das mazelas provocadas por 300 anos de escravidão, de modo que ainda hoje a população negra do país sofre com o racismo institucionalizado através de políticas excludentes, desiguais e principalmente de morte e segregação, seja no campo, em comunidades negras tradicionais, ou na cidade.

A Constituição Cidadã de 1988 em seu artigo 68 atribuiu um conceito mais amplo aos quilombos que, na atualidade correspondem às comunidades negras estabelecidas em terras que no passado foram arrendadas, compradas ou ocupadas no contexto da abolição; ou ainda em contexto posterior, cujas terras se mantiveram em posse e uso das gerações seguintes. Nesse sentido, como aponta a concepção do Observatório



**QUILOMBO ILHA DA MARAMBAIA
MANGARATIBA**

Quilombola e Territórios negros, os quilombos “contribuíram para a constituição das terras de uso comum, categoria mais ampla e sociologicamente mais relevante para descrever as comunidades que fazem uso do artigo constitucional”.¹

O decreto 4887/2003, assinado pelo ex-presidente Lula em 20/11/2003, concedeu a estas comunidades o direito de autoatribuição como critério de identificação de comunidades quilombolas, a partir da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê a autodeterminação de povos indígenas e tribais. De acordo com o decreto, coube à Fundação Palmares a certificação destas comunidades, tipificadas, a partir de então, como Comunidades Remanescentes de Quilombo. No entanto, os termos Quilombo e Comunidade Quilombola são comumente utilizados como forma de legitimação da trajetória destas comunidades.

1 - <https://kn.org.br/oq/o-que-e-quilombo>

COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO RJ

De acordo com a Acquilerj, o Rio de Janeiro possui 52 comunidades quilombolas ou remanescentes de quilombo mapeadas, espalhadas por todas as regiões do Estado. Um levantamento feito pela Acquilerj em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde constatou que as comunidades quilombolas do Rio de Janeiro foram as mais atingidas pela pandemia no país e as últimas a serem incluídas na lista de prioridades de vacinação pelo direito quilombola, garantido pelo Plano Nacional de Imunização.

Os dados levantados pela presente pesquisa revelam o nível de vulnerabilidade destas comunidades, a importância da Acquilerj na garantia de direitos e a necessidade de pautar o poder público, em todas as esferas para que sejam asseguradas condições dignas de vida e trabalho. Entre os problemas mais listados estão a falta de acesso a políticas públicas na área de saúde, edu-

cação, saneamento básico e políticas de incentivo ao pequeno produtor. Acerca do enfrentamento à pandemia, a pesquisa revela o papel fundamental da Acquilerj na articulação de doses pelo direito quilombola, destinadas às comunidades. Descortina também contradições que devem ser estudadas com mais profundidade como a presença de discursos e ações negacionistas, fazendo inúmeros quilombolas do Estado do Rio abdicarem da vacina. Aponta ainda a dificuldade de manutenção da ajuda às comunidades que receberam algum tipo de assistência apenas nos meses iniciais da pandemia.

A análise é baseada na resposta de 32 das 52 comunidades quilombolas presentes no Estado do Rio de Janeiro que retornaram ao contato de KOINONIA. As comunidades das quais não obtivemos respostas não estão registradas neste relatório.

**DAS 52 COMUNIDADES,
32 PARTICIPARAM DA PESQUISA,
O QUE CORRESPONDE A 62%
DOS QUILOMBOS DO ESTADO.**



ANÁLISE: SITUAÇÃO DAS COMUNIDADES

BAIXADA LITORÂNEA (REGIÃO DOS LAGOS)

BAÍA FORMOSA



LOCALIZAÇÃO: ARMAÇÃO DOS BÚZIOS



REPRESENTANTE: ELIZABETH FERNANDES TEIXEIRA



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: 185 FAMÍLIAS (APROXIMADAMENTE)



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: AGUARDANDO RTID



CONTEXTO HISTÓRICO

De acordo com o relato de Elizabeth Teixeira dado à Daniela Yabeta e registrado no Atlas do Observatório Quilombola, Baía Formosa tem origem na antiga Fazenda de mesmo nome, utilizada pelo traficante José Gonçalves da Silva para o desembarque ilegal de africanos escravizados, a partir de 1831, no contexto de ilegalidade do tráfico negreiro imposto pela Lei Feijó, que na prática não surtiu efeito no Brasil. Com o fim da escravidão, em 1888, negros e negras libertos arrendaram as terras de Baía Formosa e seguiram vivendo na região que hoje é

administrada por seus descendentes.

Nos anos 1970, parte da comunidade chegou a ser desterritorializada, dando origem a um processo de luta e resistência que perdura. Alguns avanços importantes se deram, como a certificação dada pela Fundação Palmares em 2011, reconhecendo Baía Formosa como Comunidade Remanescente de Quilombo. Atualmente Baía Formosa aguarda o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

PANORAMA ATUAL

As famílias quilombolas residentes em Baía Formosa vivem de seu trabalho, majoritariamente na iniciativa privada ou de forma autônoma no ramo de obras e construção civil, marcenaria, carpintaria, educação e hotelaria. Conforme relatado pela presidente da comunidade, os conflitos pela terra com ocupações irregulares perduram até os dias atuais e têm se agravado. O acesso a políticas públicas é limitado, embora a comunidade possua água e esgoto tratados e conte com a presença de uma escola pública² e um Centro

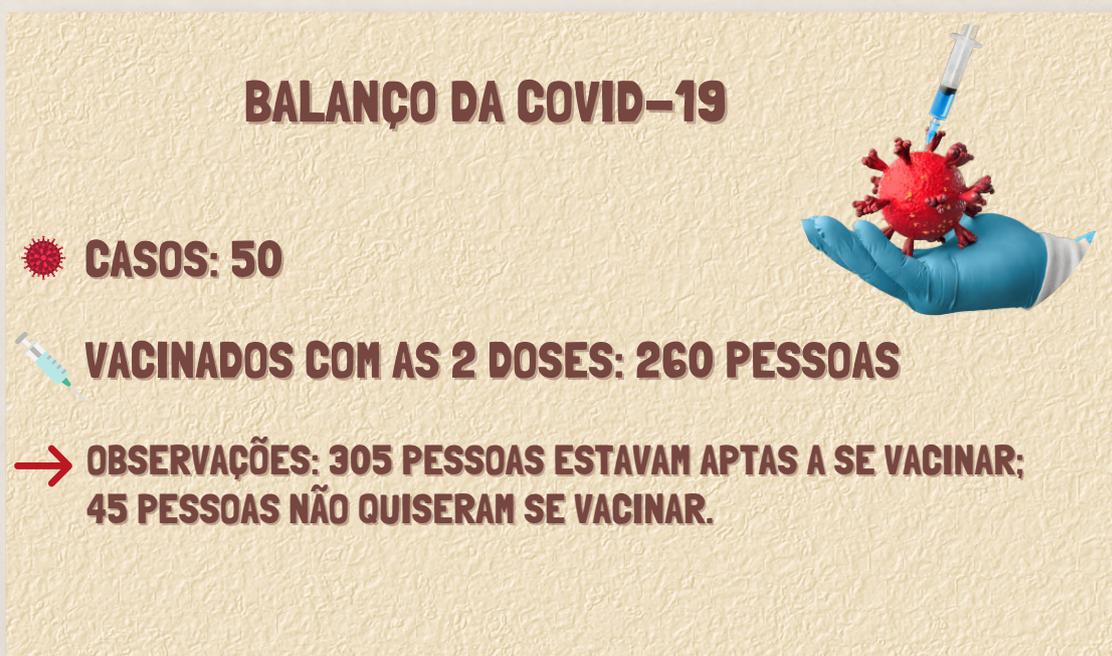
de Referência de Assistência Social (CRAS) em seu território. Dificuldades relativas à iluminação pública e acesso à saúde são notórios, como a ausência de equipes do Programa Saúde da Família.

Antes da pandemia, a comunidade desenvolvia um projeto de turismo étnico e ecológico com circuito por trilhas e apresentações de danças, oficinas de artesanato e culinária, de modo a gerar renda para o local.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

A pandemia de Covid-19 afetou o Quilombo Baía Formosa com a paralisação de suas atividades turísticas e consequente desemprego que assolou seus membros. Em uma perspectiva sanitária não houve o desenvolvimento de campanhas de prevenção na comunidade, cuja fonte de informações se deu exclusivamente pelos meio de co-

municação. A comunidade confeccionou máscaras com recurso de editais ganhos, que também possibilitaram a compra de álcool gel. Ambos foram distribuídos entre os quilombolas no período inicial da pandemia. Atualmente, as famílias compram os produtos com recursos próprios.



COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BOTAFOGO



LOCALIZAÇÃO: CABO FRIO



REPRESENTANTE: JOSUÉ DA COSTA



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: ACIMA DE 250 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: AGUARDANDO RTID



CONTEXTO HISTÓRICO

Conforme o relato de Gessiane Nazário ao Atlas do Observatório Quilombola, a Comunidade Quilombola de Botafogo tem origem com os africanos escravizados na antiga Fazenda Campos Novos que, em 1617, era administrada por padres jesuítas. Com a expulsão da Ordem dos Jesuítas (Companhia de Jesus) do Brasil em 1758, pelo Marquês de Pombal, a fazenda, assim como as famílias negras escravizadas, foram confiscadas pelo Estado, que pôs as terras em leilão. Após o arremate das terras, se iniciou o processo de desmembramento.

Acerca da Fazenda Campos Novos, é importante ressaltar que se tratava de uma grande propriedade cuja extensão perpassava alguns dos atuais municípios da Região dos Lagos, como Búzios, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia. Desta propriedade surgiram outras Comunidades Quilombolas, além de Botafogo.

Em meados do século XIX, a fazenda, já fragmentada, passa por novos loteamentos. Com o fim do tráfico ilegal de escravizados, começam a ocorrer mudanças na relação de trabalho que se consolidam na Abolição. Deste modo, as famílias negras ali residentes passam a trabalhar na condição de colonos – na prática, pagando por sua esta-

dia através do trabalho duro.

Na década de 1920, Eugênio Honold adquire as terras e agrega à sua empresa, a Companhia Industrial Odeon, mantendo os ex-escravizados ainda vivos e seus descendentes na mesma condição de colonato.

Nos anos 1950, no auge do processo de industrialização do país, a propriedade foi loteada, sobretudo em função da construção da Rodovia Amaral Peixoto (RJ 106). Consequentemente, as famílias descendentes de ex-escravizados são expulsas das terras e iniciam seu processo de resistência. Um processo que se acirrou na década de 1960, quando o Regime Militar criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), fixando o pagamento obrigatório do Imposto Territorial Rural (ITR).

Com a extinção do Ibra e a criação do Incra na década de 1970, as dificuldades se aprofundaram, uma vez que o novo órgão desconsiderou o ITR e o arrendamento da terra, pagos durante anos pelas famílias, iniciando um novo processo de desapropriação da terra e imposição de novos impostos, considerando as famílias ali estabelecidas como invasoras.

PANORAMA ATUAL

Hoje, a comunidade é constituída por mais de 250 famílias que vivem da agricultura familiar e do trabalho no setor de turismo e hotelaria. Tem seu destaque na idealização e organização da festa “Quilombos em Ação”, realizada anualmente, com atrações culturais, religiosas, musicais, entre outras.

Os serviços públicos oferecidos são muito precários e o lí-

der da comunidade, Josué da Costa, segue na luta contra o descaso e pelo acesso a políticas públicas e direitos básicos, como saneamento, que a comunidade não possui.

As invasões também são constantes e evidenciam o caráter racista do Estado em não garantir os seus direitos constitucionais.

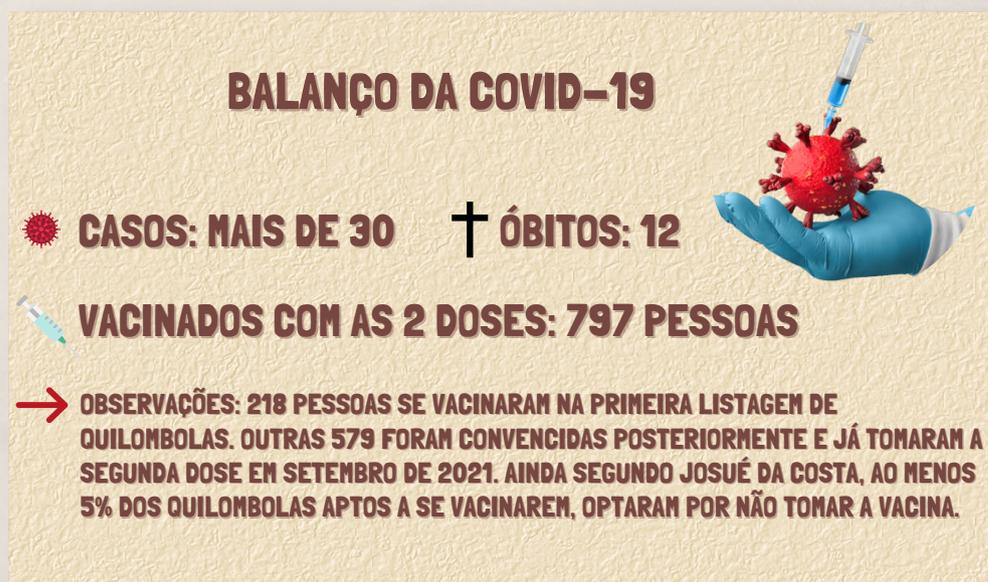
SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Um dos principais impactos sentidos pela comunidade, durante a pandemia, foi a dificuldade em escoar sua produção. A queda dos preços e a retirada dos caminhões disponibilizados pelo Governo Federal, que levavam sua mercadoria, encareceu o processo de produção, ao mesmo tempo em que os preços dos produtos despencavam. O setor de turismo também sofreu um forte impacto, criando assim um contingente de trabalhadoras e trabalhadores quilombolas desempregados, e/ou em estado de vulnerabilidade social.

Segundo o relato de Josué da Costa, no início da pandemia a Comunidade recebeu campanha de prevenção ao Covid-19 em ações feitas em parceria com a prefeitura, ONG Crioula e Quilombos no Projeto de Educação Ambiental (Quipea), além de doações de cestas

básicas, máscaras e álcool gel. Atualmente a comunidade não está recebendo nenhuma ajuda, portanto comprando estes itens com recursos próprios.

A vacinação se deu pelo Direito Quilombola, mas grande parte da comunidade não aderiu, no princípio, por conta de *fake news* e discursos negacionistas por parte de lideranças religiosas fundamentalistas. Em entrevista realizada com Josué da Costa em 24 de maio de 2021, apenas 218 quilombolas haviam tomado a vacina, primeira e segunda dose, enquanto 579 pessoas se recusavam. Em depoimento dado em 22 de julho de 2021, Josué da Costa relatou o esforço para convencer os demais quilombolas a se vacinar. Segundo seu relato, o esforço foi positivo, resultando na adesão dos demais à vacinação.



COMUNIDADE QUILOMBOLA DA CAVEIRA



LOCALIZAÇÃO: SÃO PEDRO DA ALDEIA



REPRESENTANTE: ROBERTO DOS SANTOS



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: APROXIMADAMENTE 440 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: PORTARIA DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO



CONTEXTO HISTÓRICO

Os relatos orais dados pelos senhores Genil Silveira, João Santos, Francisco dos Santos, Afonso dos Santos e donas Aquilina dos Santos, Jovelina Dutra, Maria Silveira, Rosa Silveira e Almerinda dos Santos à Gessiane Nazário e registrados no Atlas do Observatório Quilombola, dão conta de que a Comunidade Quilombola da Caveira descende de três homens que foram trabalhar nas terras da Fazenda Campos Novos: Vitor, Marcelino e Severino. Este último popularmente conhecido como “Véio Nagozinho”.

Conforme contado pelos dos mais velhos, “Véio Nagozinho”, homem negro nascido livre, no dia da Abolição (13 de maio de 1888), teria sido o primeiro a se estabelecer no local onde hoje existe a comunidade, chegando a partir dele os demais trabalhadores.

Como relatado anteriormente, a Fazenda Campo Novos consistia em uma imponente extensão de terras, além de ter exercido papel fundamental na produção agrícola do Rio de Janeiro, de modo que o processo de confisco da terra pelo Estado e o posterior loteamento já são conhecidos. O local leva o nome Caveira, pois ali eram depositados carcaças de animais e os corpos dos africa-

nos que não resistiam à grande travessia da África para o Brasil nos porões dos navios negreiros.

Nos idos de 1952, durante o processo de loteamento, parte das terras, onde hoje é localizada a Comunidade Quilombola da Caveira, entre outras, ficou sob administração de Antônio Paterno Castello, conhecido também como “Marquês”. Sua administração foi marcada pela perseguição contra as famílias negras ali estabelecidas que viviam em regime de colonato desde o fim da escravidão. Entre seus atos de crueldade, constam nos relatos orais a prática de atear fogo em carroças com a produção das famílias, ameaças de morte, destruição de suas casas, entre muitos casos de abuso e crueldade.

Um dos eventos mais emblemáticos para a comunidade foi a “Revolta do Cachimbo”, contra as regras impostas pelo “Marquês” que impediam os trabalhadores de ir ao banheiro, beber água, além de proibir o fumo enquanto estivessem trabalhando. A resistência organizada entre os trabalhadores negros é o marco inicial da própria comunidade. Como forma de resistir, as famílias se uniram e decidiram pagar o arrendamento das terras através de seu trabalho. Assim, fundam a Associação de



Lavradores de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia. Além da conquista da terra, a luta organizada destas famílias garantiu melhores condições de trabalho e acesso à alfabetização para seus filhos.

Nos anos do Regime Militar, fazendeiros, acobertados pela polícia e pelos órgãos de repressão do Estado, perseguiram as famílias quilombolas com a alegação de serem comunistas e subversivas, gerando prisões e até torturas. Conforme o relato dos mais velhos, entre uma tortura e outra, muitos quilombolas se viram obrigados a assinar documentos de entrega de suas terras.

PANORAMA ATUAL

Apesar de muitas mudanças provocadas por fatores externos, como o estabelecimento de famílias não quilombolas no território, a comunidade gira em torno da produção agrícola e do trabalho no setor de turismo. Os serviços públicos ainda são precários, como a falta de saneamento básico, dificuldades no acesso à saúde e transporte público. A escola Dona Rosa, apesar de ser uma grande conquista e atender mais de 300 crianças, não dá conta de toda a demanda educacional da comunidade. Uma das grandes preocupações do presi-

Na década de 1990 a comunidade se reconhece enquanto remanescente de quilombo. Em 2004 foi certificada pela Fundação Palmares, iniciando assim o processo pela titulação definitiva das terras através do Incra.

Em 2013, lá foi fundada a primeira Escola Quilombola do Estado do Rio de Janeiro, batizada com o nome de Dona Rosa Geralda da Silveira. Dona Rosa foi uma das pioneiras da luta pelos direitos da comunidade à terra, sendo também uma das primeiras mulheres sindicalistas e feirantes da região. A escola foi um de seus grandes sonhos que, infelizmente, não testemunhou em vida.

dente, Roberto dos Santos, é com as crianças que têm pouco acesso ao esporte e áreas de lazer, ficando assim entregues à ociosidade nas horas em que não estão estudando.

Em sua concepção é preciso investir no acesso à internet para que a comunidade usufrua de mais informações e conhecimento. Também em sua visão, o pequeno produtor carece de mais incentivo, principalmente após o cenário de pandemia que prejudicou a comunidade.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Assim como as demais comunidades da região, Caveira sentiu os impactos da pandemia na sua produção prejudicada pela impossibilidade de escoação para o mercado, como no fechamento do comércio e setor turístico sem a garantia de um auxílio digno por parte do governo. Além das dificuldades de acesso ao auxílio emergencial, o valor disponibilizado não garantiu segurança social e alimentar às famílias desempregadas.

No início da pandemia, conforme relata Roberto dos San-

tos, a comunidade recebeu doação de máscara e álcool gel da Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. Atualmente as famílias quilombolas compram estes produtos com recursos próprios.

A vacinação se deu pelo direito quilombola, mas conforme relatou o líder da comunidade, não se sabe ao certo quantos quilombolas se vacinaram, embora a maioria esteja vacinada com a primeira e a segunda dose.

BALANÇO DA COVID-19



CASOS: APROX. 30



ÓBITOS: 03



VACINADOS: NÃO SABE INFORMAR



OBSERVAÇÕES: CONFORME RELATOU O LÍDER DA COMUNIDADE, NÃO SE SABE AO CERTO QUANTOS QUILOMBOLAS SE VACINARAM, EMBORA A MAIORIA ESTEJA VACINADA COM A PRIMEIRA E A SEGUNDA DOSE.



**QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE
DA CAVEIRA**

COMUNIDADE QUILOMBOLA FAZENDA ESPÍRITO SANTO



LOCALIZAÇÃO: CABO FRIO



REPRESENTANTE: REGINA SEVERINO SOARES



CARGO: VICE-PRESIDENTE



POPULAÇÃO: 125 PESSOAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



FASE INICIAL DA PESQUISA ANTROPOLÓGICA PARA DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA



CONTEXTO HISTÓRICO

A Comunidade Quilombola Fazenda Espírito Santo está localizada no bairro Pacheco, no segundo distrito do município de Cabo Frio. Conforme o relato de Regina Severino Soares, vice-presidente da Comunidade, as famílias que lá residem descendem de escravizados que, no contexto da abolição, permaneceram nas terras da Fa-

zenda Espírito Santo e ali constituíram suas famílias.

Em 2017 Fazenda Espírito Santo foi considerada Comunidade Remanescente de Quilombo pela Fundação Palmares. No primeiro semestre de 2021 o processo pela titulação definitiva junto ao Incra foi iniciado.

PANORAMA ATUAL

Embora a comunidade tenha um perfil diverso no que se refere à fonte de renda das famílias, é predominante a produção agrícola desenvolvida por cerca de dez famílias, como relata Regina. O incentivo ao pequeno produtor por parte do poder público é inexistente. Para escoar sua produção, as famílias se dividem em carros particulares

ou até mesmo transporte público. As maiores dificuldades enfrentadas são em relação ao acesso a políticas públicas e direitos básicos. Segundo o relato de Regina, não há transporte público de qualidade, nem água tratada ou saneamento básico. Embora lá exista um posto de saúde, falta ambulância para suprir alguma emergência.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

O emprego e a produção agrícola foram as áreas mais afetadas pela pandemia. Mesmo nos meses mais críticos da pandemia, não houve doações de cestas básicas, má-

máscaras ou álcool gel. A vacinação ocorreu pelo direito quilombola, no entanto uma parte dos quilombolas se recusou a tomar a vacina em um primeiro momento.

BALANÇO DA COVID-19

 **CASOS: 03**

 **VACINADOS COM AS 2 DOSES: 60 PESSOAS**

 **OBSERVAÇÕES: 40 PESSOAS SE RECUSARAM A TOMAR A VACINA EM UM PRIMEIRO MOMENTO, NO ENTANTO AO FECHAR ESTA AVALIAÇÃO, REGINA ESTAVA MOBILIZANDO ESFORÇOS PARA CONSCIENTIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DAS DOSES PELA PREFEITURA.**



QUILOMBO DE MARIA JOAQUINA



LOCALIZAÇÃO: CABO FRIO



REPRESENTANTE: REJANE MARIA DE OLIVEIRA



CARGO: ARTICULADORA



POPULAÇÃO: 120 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: AGUARDANDO RTID PARA TITULAÇÃO JUNTO AO INCRA



CONTEXTO HISTÓRICO

O Quilombo de Maria Joaquina é uma comunidade desmembrada do Quilombo da Rasa e que tem sua origem na antiga Fazenda Campos Novos. De acordo com o relato de Rejane Soares, a comunidade foi referência para o nome do bairro Maria Joaquina, sendo este oriundo da Fazenda Maria Joaquina – provavelmente terras já desmembradas da Fazenda Campos Novos em meados do século XIX. Maria Joaquina, por sua vez, teria sido o nome de uma fazendeira “senhora de escravos”, fato descoberto pela comunidade em 2015. A descoberta trouxe certo desconforto para a comunidade pelo fato de rememorar um algoz, e infelizmente não houve a possibilidade de mudança do nome por questões legais.

A trajetória do Quilombo de Maria Joaquina remete a um passado de luta e resistência. Segundo relato, diversas famílias foram expulsas das terras por antigos fazendeiros

restando apenas três famílias que deram origem aos três núcleos da comunidade. O primeiro núcleo, oriundo das terras administradas pelo Senhor Américo; o segundo, das terras da Família Gonçalves; e o terceiro núcleo oriundo das terras pertencentes ao “Marquês”. As famílias que se mantiveram no local arrendaram as terras dos antigos senhores, ficando seus descendentes estabelecidos no local até os dias atuais, passando por diferentes conjunturas ao longo dos anos.

A separação do Quilombo de Maria Joaquina do Quilombo da Rasa, conforme explica Rejane Soares, foi uma reivindicação local, entre outros motivos, pelo crescimento de suas famílias e pela divisão atual dos municípios. O quilombo de Maria Joaquina está localizado no município de Cabo Frio, enquanto o Quilombo da Rasa no município de Búzios.

PANORAMA ATUAL

Conforme relatou Rejane Maria de Oliveira, articuladora política da comunidade, as famílias de Maria Joaquina trabalham como catadores de aroeira, além de viverem da pesca no rio Una. Há também trabalhadores da construção civil, no setor turístico e em serviços domésticos, no entanto, a maioria dos trabalhadores estão desempregados.

A maior dificuldade enfrentada é contração de grileiros e loteamentos irregulares que avançam sobre a comunidade que vê seu território sendo diminuído. Tam-

bém há uma forte coação contra os catadores de aroeira por parte do poder público local e a transposição do esgoto de toda a Região dos Lagos para o Rio Una que, em pouco tempo, ficará impróprio para a pesca, impactando o modo de vida dos quilombolas e o meio ambiente.

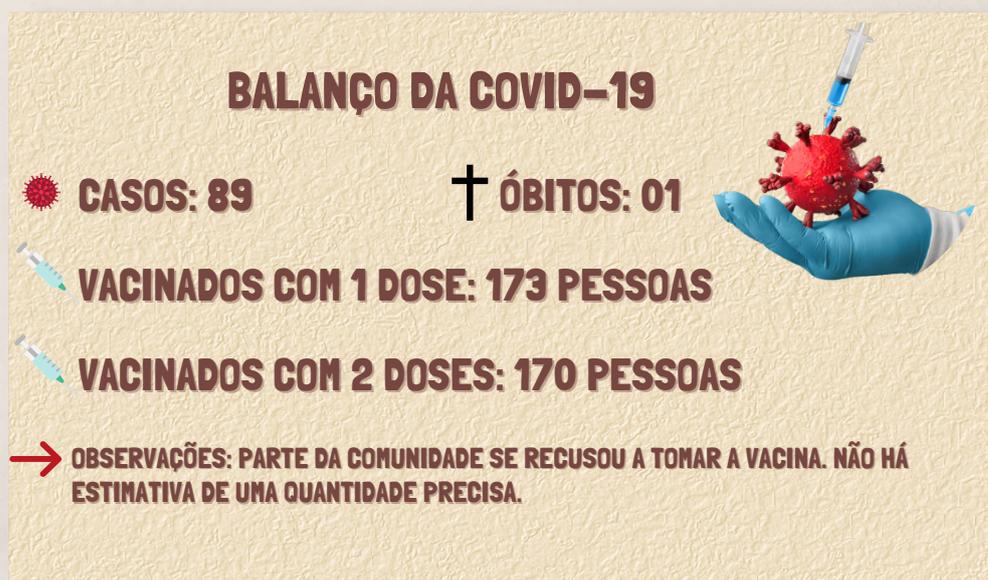
Além de não ter esgoto tratado, a água que chega à comunidade é fornecida pela concessionária Prolagos. Segundo o relato de Rejane, as taxas cobradas pelo serviço são caras, de modo que aproximadamente 80% das famílias estão endividadas.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

O próprio perfil da comunidade já indicava vulnerabilidade econômica e social, no entanto a pandemia agravou a situação. Graças à articulação da Acquilerj e da Conaq em ação integrada com o Ministério do Trabalho, Quipea e ONG Crioula houve um trabalho de

conscientização e distribuição de cesta básica, máscara e álcool gel no início da pandemia.

A vacinação se deu pelo direito quilombola, fruto também da articulação da Acquilerj com a Prefeitura de Cabo Frio.



COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MARIA ROMANA



LOCALIZAÇÃO: CABO FRIO



REPRESENTANTE: LAMIEL LEOPOLDINO BARRETO



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: 178 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



FASE INICIAL DA PESQUISA ANTROPOLÓGICA PARA DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA



CONTEXTO HISTÓRICO

A História do Quilombo de Maria Romana se entrelaça com a vida de seu atual presidente, Lamiel Leopoldino Barreto. Segundo consta na oralidade, seus trisavós vieram do Congo para serem escravizados no Brasil. Seus bisavós, segundo conta Lamiel, também escravizados, trabalharam durante muitos anos. Com o fim da escravi-

dão, seu bisavô, senhor Elias Barreto, arrendou a terra, pela qual trabalhou por 28 anos, onde hoje é localizada a comunidade, na intenção de garantir aos seus descendentes um pedaço de terra para viver. Nos idos de 1924 as terras foram registradas com o nome de Maria Romana, filha de Elias com Romana, bisavós de Lamiel.

PANORAMA ATUAL

Maria Romana é uma comunidade quilombola de pequenos agricultores que lutam por melhores condições de trabalho e acesso a políticas públicas. Apesar do número de famílias quilombolas, nem todas vivem no quilombo, pois ao longo dos anos deixaram a comunidade para viver nos centros urbanos. Segundo o relato de Lamiel Barreto, esta situação tem mudado nos últimos anos, desde o reconhecimento e certificação da Fundação

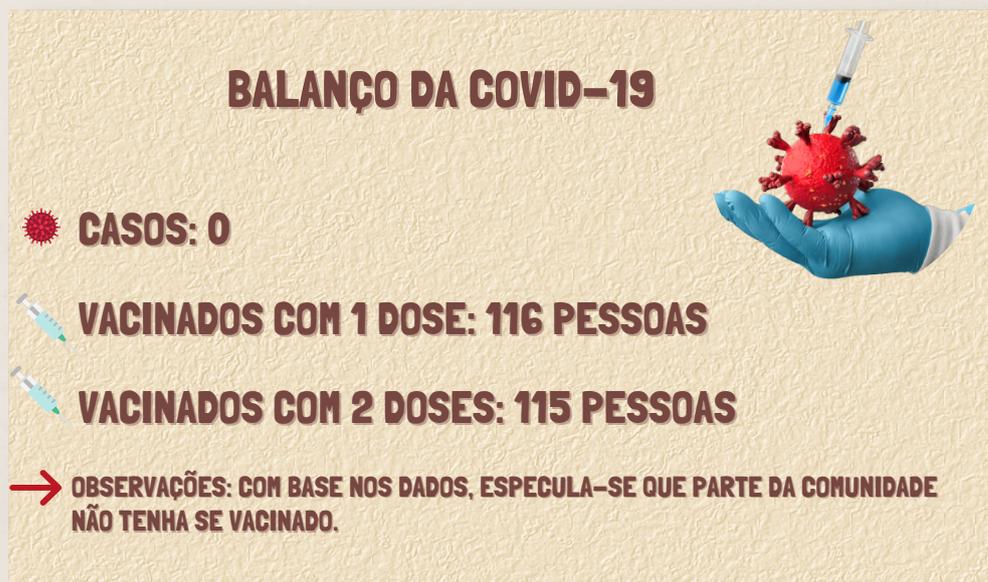
Palmares de Maria Romana como Comunidade Remanescente de Quilombo.

Apesar do reconhecimento, a comunidade ainda não possui o título definitivo da terra que está com o processo em andamento no Incra. A falta de direitos básicos como água tratada e saneamento, além do acesso a políticas públicas e internet de qualidade são um dos principais desafios a serem enfrentados.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

A falta de políticas assistenciais em meio à pandemia deixou a população de Maria Romana em estado de vulnerabilidade, principalmente os pequenos agricultores que viram sua produção parada nos meses iniciais da pandemia. Também nos meses iniciais, a comunidade recebeu doações de mantimentos, máscaras e álcool gel, no entanto, atualmente compram os produtos com seus

próprios recursos. A vacinação se deu pelo direito quilombola e, apesar de já terem sido aplicadas primeira e segunda dose, a quantidade de quilombolas vacinados, segundo relato fornecido em junho de 2021, em comparação ao número de famílias induz a crer que parte da comunidade não se vacinou. Não se sabe se este quadro mudou.



COMUNIDADE QUILOMBOLA PRETO FORRO



LOCALIZAÇÃO: CABO FRIO



REPRESENTANTE: LUCIANA DOS SANTOS PEREIRA



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: APROXIMADAMENTE 31 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



TITULADA



CONTEXTO HISTÓRICO

Localizada no bairro de Angelim, zona rural de Cabo Frio, a Comunidade Quilombola de Preto Forro é administrada pela Família Santos há, pelo menos, quatro gerações. De acordo com relatos orais colhidos por Daniela Yabeta e registrados no Atlas do Observatório Quilombo, o nome da comunidade está relacionado aos ex-escravizados alforriados por Antônio dos Santos, que teria lhes doado a propriedade. A História de Preto Forro é oriunda da grande Fazenda Campos Novos, sendo a comunidade um dos muitos lotes dos quais a antiga fazenda fora desmembrada ainda no século XIX.

Em matéria publicada no site da Fundação Palmares em fevereiro de 2012, Ludgério dos Santos, ex-escravizado nascido em 1871, teria deixado as terras para utilização coletiva do território, apesar das cercas de proteção ao plantio, criação e ações de grileiros. Com isso, concebeu-se a ideia, na comunidade, de que as terras jamais seriam vendidas.

A partir das décadas de 1940 e 1950, a abertura da atual RJ-106 iniciou um período de especulação imobiliária e conflitos pela terra que culminaram com a expulsão de fa-

mílias e até assassinato de quilombolas por parte de grileiros. Nos anos 1970, parte das famílias que se mantiveram estabelecidas no território enfrentaram uma ação judicial contra sua permanência nas terras, enquanto outra parte do território fora vendida para uma usina de cana-de-açúcar, com a finalidade de produzir álcool anídrico. Com o estabelecimento da usina, muitos membros das famílias originalmente estabelecidas no território foram contratados para trabalhar no plantio e corte da cana, no entanto se viram em situação análoga à escravidão, uma vez que muitos trabalhadores foram mantidos em cárcere privado.

A partir de 1980 o Incra desapropriou parte das terras com o intuito de redistribuí-las entre as famílias. Foi neste período que Sebastião Lan, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio fora cruelmente assassinado em 06 de junho de 1988, com seis tiros. Após o assassinato de Sebastião, as terras foram reivindicadas por um suposto proprietário, que delimitou a área das famílias e passou então a lhes perseguir com ameaças e ações diretas, que perduraram pela década de 1990, além de crueldades como o envenenamento de ani-

mais domésticos e destruição das roças destas famílias.

A tentativa de legalizar a grilagem nos anos 2000 fez com que a comunidade reagisse e criasse a Associação de Remanescentes de Quilombo de Preto Forro. Através da luta organizada, a comunidade foi certificada pela Funda-

ção Palmares em 2004 e recebeu o título definitivo da terra em 2011, sendo a primeira Comunidade Remanescente de Quilombo titulada do estado do Rio de Janeiro. Ação de KOINONIA pelo Projeto Egbé – Territórios Negros foi fundamental no fomento de discussões e acompanhamento da situação do processo na Justiça.

PANORAMA ATUAL

Preto Forro é uma comunidade de pequenos agricultores que abastecem a região com a produção de aipim, feijão, maracujá, abacaxi e demais insumos. A produção, no entanto, sofreu com a falta de incentivo nos últimos anos. Em 2015, uma ação integrada como o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) e o Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES) possibilitou um investimento na produção com novos equipamentos e tecnologias, além de treinamentos a partir da Escola Agrícola Municipal Nilo Batista, no entanto é preciso dar

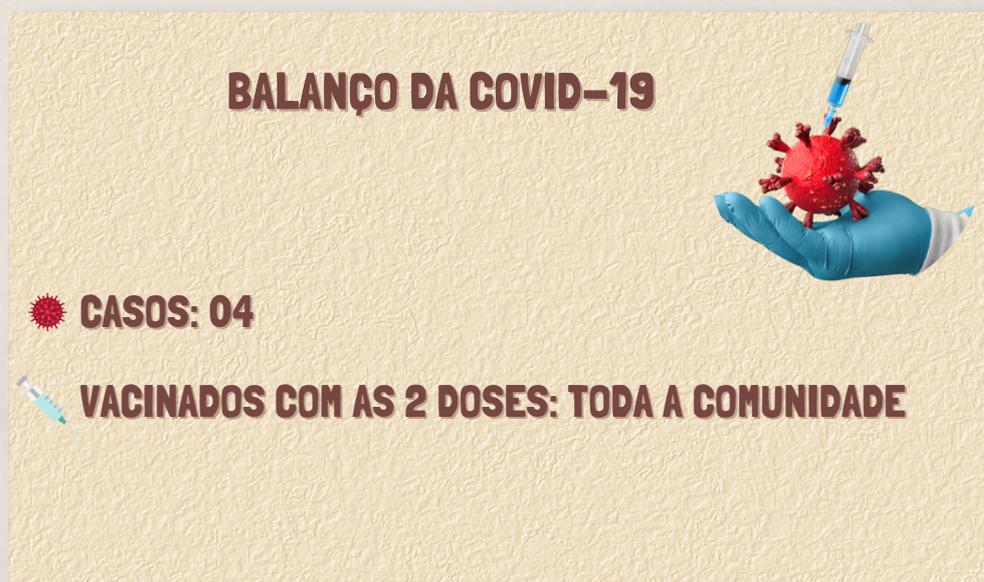
continuidade a políticas de incentivo à agricultura familiar.

O acesso a políticas públicas ainda é um desafio como ressalta Luciana dos Santos Pereira, presidente da comunidade. Embora tenha sido recebido o título definitivo das terras, o poder público não se faz presente como deveria. Na área da saúde, Luciana explica, não há um acompanhamento médico constante aos altos índices de anemia falciforme entre os quilombolas.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Em Preto Forro não foi diferente das demais comunidades. A pandemia aprofundou o cenário de vulnerabilidade social. Com a produção parada nos meses iniciais da pandemia, o crescente desemprego e as dificuldades no acesso ao auxílio emergencial, muitas famílias necessitaram da doação de mantimentos que

foram doados pelo Projeto Quipea. A vacinação, embora pelo direito quilombola, transcorreu com problemas, de modo que houve atrasos na aplicação da vacina. Em outubro de 2021 toda a comunidade já estava vacinada com as duas doses, segundo relato de Luciana dos Santos Pereira.



COMUNIDADE QUILOMBOLA DA RASA



LOCALIZAÇÃO: BÚZIOS



REPRESENTANTE: MARTA DA COSTA CARDOZO



CARGO: TESOUREIRA



POPULAÇÃO: APROXIMADAMENTE 800 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: AGUARDANDO RTID



CONTEXTO HISTÓRICO

Assim como os quilombos da região, a Comunidade Quilombola da Rasa tem origem na Fazenda Campos Novos. Seu nome é em referência à Praia Rasa, situada nos arredores da comunidade. O inventário de 1759 da Fazenda, indica a presença de pelo menos 323 escravizados espalhados por 53 senzalas em toda extensão das terras. Especula-se que africanas e africanos escravizados na região que deu origem à comunidade teriam vindo de Angola. Com a Abolição, diversas famílias permaneceram na terra como lavradores em regime de colonato, dando origem à Comunidade Quilombola da Rasa.

A Oficina Territórios Negros, desenvolvida por KOINONIA em 2001, extraiu do relato oral de Dona Elza, Tia Uia, Seu Pedro e Seu Geraldo, pontos em comum na elaboração de uma narrativa histórica sobre a Comunidade. Deste exercício da memória constatou-se que a primeira geração teria sido a de africanos escravizados que chega-

ram ao local, conforme já relatado aqui. A segunda geração se caracterizava por trabalhadores negros livres que pagavam pelo arrendamento das terras. A terceira geração é marcada pelo despejo das terras pelo Marquês, migrando assim para as áreas periféricas da fazenda, onde a Comunidade da Rasa fora estabelecida. A quarta geração, daqueles que prestaram o relato é marcada pela aquisição de lotes de terra na década de 1970.

O processo de urbanização, especulação imobiliária e a projeção turística do Município de Búzios impossibilitaram a preservação de determinadas características na comunidade como a agricultura de subsistência, de forma que a experiência urbana modificou a maneira de viver dos habitantes da Rasa. Uma das instituições que garante a permanência da certa unidade social na comunidade é a Igreja Assembleia de Deus, fundada na comunidade nos idos de 1950 e dirigida desde então por uma família quilombola.

PANORAMA ATUAL

A renda das famílias quilombolas da Rasa advém principalmente do trabalho na iniciativa privada, sobretudo no setor turístico. No entanto, há ainda a presença em alguma medida da agricultura familiar, da pesca e do artesanato. Em 2005 a comunidade foi reconhecida pela Fundação Palmares com Comunidade Remanescente de Quilombo, mas só em 2017 o RTID foi

promulgado, fato que gerou a resistência de empresários do setor imobiliário. O processo para o título definitivo da terra junto ao Incra ainda não foi finalizado. A comunidade enfrenta ainda a falta de acesso a políticas públicas e direitos como saneamento básico, transporte público de qualidade que integrem a população aos centros urbanos, saúde, educação, entre outros.

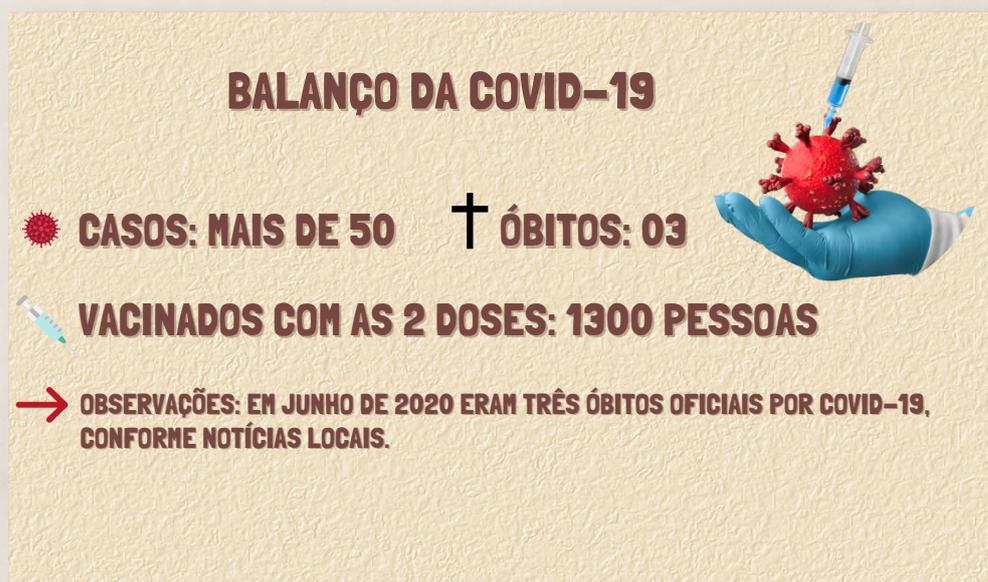
SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

A pandemia de Covid-19 afetou as famílias quilombolas com desemprego e prejuízos na produção agrícola, deixando-as em estado de vulnerabilidade social. Além disso, a comunidade também enfrentou um alto índice e casos da doença e até mortes. Uma de suas lideranças mais ilustres, Dona Carivaldina Oliveira da Costa, a Tia Uia, foi vítima da covid-19 em 2020.

Tia Uia foi um exemplo de resistência e luta contra o racismo, pela participação efetiva de mulheres na luta por direitos, pela regularização do território, pelo acesso da comunidade a direitos sociais e pela preservação da cul-

tura e da tradição quilombola, sobretudo entre os mais jovens.

Mais de 50 casos de Covid-19 foram relatos por Marta de Andrade, no entanto, segundo seu próprio relato, a comunidade recebeu campanha de prevenção ao coronavírus organizada pela Acquilerj, que também articulou a vacinação pelo direto quilombola para a comunidade, junto ao município de Búzios. Ainda de acordo com Marta de Andrade, apenas no início da pandemia a comunidade recebeu doações de máscaras e álcool gel.



SOBARA



LOCALIZAÇÃO: ARARUAMA



REPRESENTANTE: ROSIELE VASCONCELOS



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: 150 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: NÃO HÁ PROCESSO EM ANDAMENTO



CONTEXTO HISTÓRICO

Os relatos orais colhidos por Ana Carolina Mota e registrados no Atlas do Observatório Quilombola, dão conta que o território de Sobara é oriundo de terras doadas por uma mulher escravizada, de nome desconhecido, em meados do século XIX. As terras teriam ficado de herança para sua neta Cesárea, resgatada na memória coletiva como uma mulher incansável na luta por direitos. Não há muitos detalhes acerca da História de Sobara, embora se saiba que o comércio de escravizados foi uma atividade muito expressiva na região, sobretudo no auge da cultura cafeeira.

As famílias de Sobara são descendentes de homens e mulheres negras escravizados e posteriormente explorados em condições de trabalho análogas à escravidão na produção de café e outros gêneros, além do minério de carvão e criação de gado. Por volta da década de 1970 a instalação de uma usina impactou a paisagem local e realidade destas famílias.

O autorreconhecimento da comunidade enquanto remanescente de quilombo é um processo delicado, conforme relata Rosiele Vasconcelos, presidente da Comunidade, que tenta remontar o passado com base nas

poucas informações que obteve com os mais velhos, que evitam tocar no assunto. Segundo nos conta, os primeiros negros se estabeleceram na região às margens do rio São João, próximo ao atual território de Sobara. Estas terras, antes da chegada dos negros, teriam sido habitada por indígenas. A própria Rosiele relata que sua trisavó era indígena e teria sido “trazida a laço” de sua aldeia. Anos mais tarde se casaria com seu trisavô, homem negro escravizado.

A dificuldade em aprofundar no assunto entre os mais velhos, se dá em partes pelo receio ao estigma social que a comunidade pode enfrentar em meio a uma sociedade racista. Apesar disso, há ainda alguns vestígios de antepassados escravizados no local, ruínas do tempo da produção de café, conforme relata Rosiele. Outros vestígios foram apagados com o estabelecimento da Agrisa, usina de açúcar e etanol, que modificou completamente a paisagem local.

Acerca do estabelecimento da Agrisa, na década de 1970, pode se dizer que seu impacto sobre a comunidade é profundamente complexo. A empresa é responsável por um processo de desmatamento e monocultura da cana-



de-açúcar em terras originalmente pertencente à comunidade. É também responsável pela mudança sociocultural de seus habitantes que deixaram de viver da produção agrícola e de pequenas criações de animais pa-

ra trabalhar em regime assalariado para a empresa. Antes da chegada da Agrisa, as famílias de Sobara vendiam o excedente da produção para o comércio local de centros urbanos próximos.

PANORAMA ATUAL

A renda da população de Sobara, advém majoritariamente do trabalho assalariado na Agrisa. Algumas poucas famílias ainda vivem da agricultura familiar e da produção de farinha. Os habitantes de Sobara constantemente são coagidos pela Agrisa, que expande suas instalações e questiona os moradores sobre a legalidade de suas casas. Por empregar diversas famílias, a luta pela terra avança em ritmo lento, pois existe o receio de demissão em massa e até mesmo da saída da Agrisa, que pode causar um colapso social com um possível desemprego generalizado na comunidade.

Por este motivo, a comunidade que é reconhecida e certificada pela Fundação Palmares desde 2006, está com o processo de título da terra paralisado no Incra, sem uma definição ou opinião formada pela comunidade acerca do assunto. A comunidade também sofre com a falta de políticas públicas e direitos básicos como água tratada e

saneamento. Conforme o relato de Rosiele Vasconcelos, agentes públicos já visitaram a comunidade e chegaram a apresentar um projeto de tratamento de água e esgoto, no entanto nada foi feito.

Apesar das dificuldades, a comunidade conta com uma escola pública em seu território, que é referência em projetos sociais voltados para a juventude. O nome da escola, Pastor Alcebíades Ferreira de Mendonça, reflete a presença evangélica na comunidade, que desde os anos 1970 tem crescido massivamente entre os habitantes de Sobara.

Nos últimos anos a comunidade tem passado por um processo de ressignificação de seu autorreconhecimento enquanto quilombola, valorizando cada vez mais sua luta mobilização que em 2019 garantiu a construção de um Posto de Saúde na comunidade, além melhorias na estrada que dá acesso ao território.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Com a pandemia, as famílias de Sobara ficaram em estado de vulnerabilidade social, tanto pelo número de casos que assolou a comunidade, quanto pelo desemprego e carestia. Estes dois últimos fatores tiveram como resposta a retomada do plantio por diversas famílias que haviam deixado a prática. Conforme o relato de Rosiele, diversas hortas familiares foram cultivadas desde o início da pandemia.

Houve campanha de prevenção ao coronavírus, organizada pelo Projeto QUIPEA e pela igreja evangélica presente na comunidade, assim que surgiu a pandemia.

Sobara também recebeu doações de máscara e álcool gel, no início da pandemia. As doações foram fruto de articulação entre outras comunidades como Maria Joaquina e Rasa, além de Cáritas Arquidiocesana e Ministério do Trabalho. A escola, situada na comunidade, ajudou com a distribuição de cesta básica.

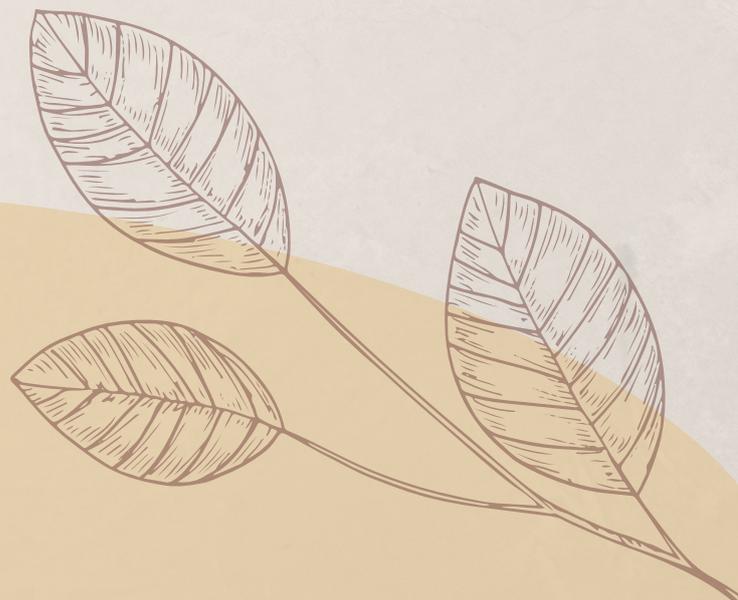
A vacinação foi garantida pelo direito quilombola, mas a existência de famílias não quilombolas, pertencentes a comunidades urbanas, próximas ao quilombo, cadastradas no mesmo posto de saúde, gerou conflitos e até ameaças contra Rosiele.

BALANÇO DA COVID-19

 **CASOS: 11**

 **VACINADOS COM AS 2 DOSES: 267 PESSOAS**

 **OBSERVAÇÕES: SEGUNDO RELATO DE ROSIELE, DUAS PESSOAS NÃO ACEITARAM TOMAR A VACINA.**



REGIÃO SERRANA

BOA ESPERANÇA



LOCALIZAÇÃO: AREAL



REPRESENTANTE: CELSO DA CRUZ FONSECA



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: 115 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: NÃO ESPECIFICADA



CONTEXTO HISTÓRICO

Boa Esperança é uma Comunidade Quilombola do município de Areal, Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Os relatos orais sobre suas origens, colhidos por Olívia Lobo e registrados no Atlas do Observatório Quilombola, dão conta de que a comunidade é oriunda das terras que outrora pertenceram a Domingos Pereira da Costa em meados do Século XIX e que este teria doado parte de suas terras, após a Abolição em 1888, a 15 famílias de ex-escravizados que nomearam as terras de Boa Esperança, em referência ao sentimento que nutriam em relação ao futuro. Boa Esperança nomeia o mesmo bairro em que a comunidade está situada.

Há também uma segunda versão que remete ao fato das terras terem sido doadas a Deolinda da Conceição, ex-escravizada e provavelmente ama de leite de Domingos Pereira da Costa, de modo que sua afeição à antiga ama teria lhe motivado o ato de doação. Conseqüentemente as

demais famílias permaneceram no local, ao lado de Deolinda. As famílias cresceram e seus descendentes, a partir da década de 1920, se uniram para pagar os impostos sobre a terra a fim de resguardar seu direito à posse e usufruto da mesma.

Ainda é possível encontrar os vestígios de um passado escravista em locais distintos da Comunidade, como ruínas que remetem a locais de castigos desumanos, aplicados nos tempos da escravidão. A Capela Nossa Senhora da Conceição, presente na comunidade, também é um monumento sobre sua História e remete a um episódio contado pelos mais antigos em que uma imagem da referida santa católica teria sido encontrada em meio a um broto de bananeira pelo antigo senhor das terras, de modo que ordena a construção da capela em devoção à santa. O local tem importância religiosa, histórica e social para a comunidade.

PANORAMA ATUAL

A Comunidade Quilombola de Boa Esperança é composta por famílias que vivem de sua produção agrícola e pequenas criações, embora também haja trabalhadores que ganham seu sustento do trabalho assalariado no município vizinho, Paraíba do Sul. A venda da produção agrícola, no entanto, é a principal fonte de renda dos quilombolas de Boa Esperança, além da produção de rapadura.

Em 2013 a comunidade foi reconhecida e certificada pela Fundação Palmares como remanescente de quilombo. O processo de titulação definitiva da terra segue em andamento pelo Incra. Um dos muitos problemas que a comunidade enfrenta é a falta de acesso a políticas públi-

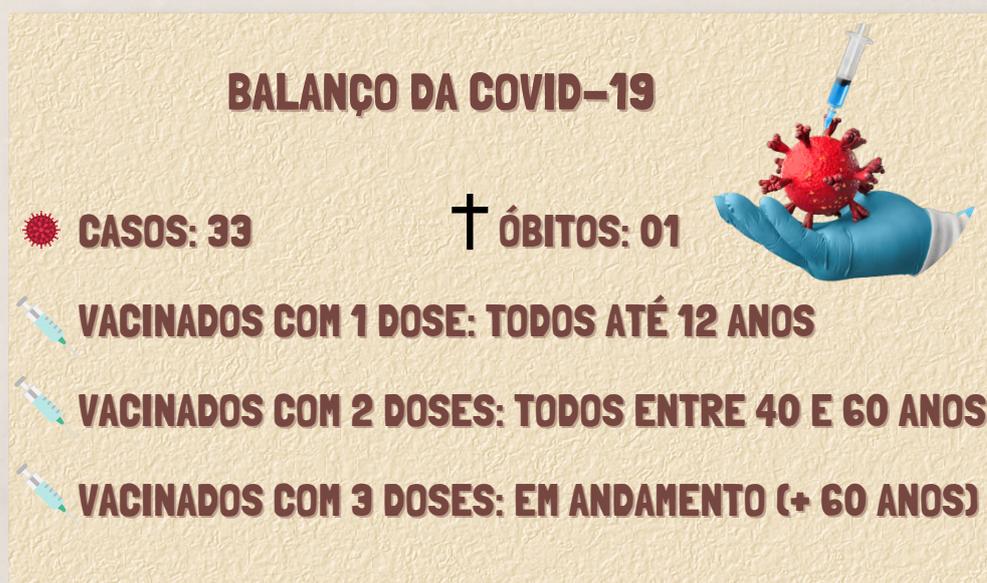
cas e direitos básicos como educação, transporte e saúde. O acesso à água tratada e ao esgoto é uma questão em pauta. A água que abastece a comunidade é de mina, e os dejetos são lançados em sumidouros.

Em 2005 uma enchente sobre o rio Fagundes, que delimita naturalmente a comunidade, destruiu a ponte que dava acesso ao município de Paraíba do Sul. Até os dias atuais a ponte não foi reconstruída, fazendo com que os moradores improvisassem uma embarcação precária para a travessia diária de seus habitantes que trabalham ou necessitam ir até a cidade. Inúmeros acidentes já foram relatados e o poder público nada fez.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Além do desemprego, a pandemia trouxe à comunidade dificuldade para escoar sua produção, no primeiro semestre de 2020. Em maio de 2021, o presidente da comunidade Celso Fonseca relatou a ocorrência de pelo

menos 33 casos de covid-19 na comunidade e um óbito. A vacinação foi ofertada nos marcos do direito quilombola, graças a articulação da Acquirerj junto aos órgãos pertinentes.



TAPERA



LOCALIZAÇÃO: PETRÓPOLIS



REPRESENTANTE: ADÃO CASCIANO



CARGO: VICE-PRESIDENTE



POPULAÇÃO: 21 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: NÃO ESPECIFICADA



CONTEXTO HISTÓRICO

A Comunidade Quilombola da Tapera é oriunda de escravizados da antiga Fazenda Santo Antônio, que funcionava no local. Em testamento deixado por Agostinho Goulão, então dono das terras, a propriedade ficara para uso de ex-escravizados, agora libertos, e seus descendentes. Deste modo, as famílias que descendem destes estão estabelecidas no local desde os idos de 1847, ano referente à morte de Agostinho Goulão.

Conforme sugerem estudos, entre eles a tese de Paola Vanessa Gonçalves Dias, *Do Apagamento à fala pública: a memória negra em Petrópolis a partir da trajetória do Quilombo da Tapera*, a alforria dos negros escravizados estava assegurada em testamento.

As terras pertencentes ao atual território da Tapera teriam sido doadas à Isabel, ex-escravizada. No entanto, o desmembramento das terras de Agostinho Goulão e a perda do testamento sugerem também que todo o processo fundador de Tapera possa ser baseado em acordos verbais. (DIAS, 2016 p.104)

As fortes chuvas de 2011 castigaram a comunidade que foi duramente afetada. A prefeitura promoveu então a reconstrução das casas, bem como a implementação de energia elétrica e água encanada, antes inexistentes no território. Também em 2011 a Fundação Cultural Palmares certificou a comunidade como remanescente de quilombo.

PANORAMA ATUAL

Tapera é uma comunidade de pequenos produtores de feijão, milho, aipim e demais gêneros agrícolas que abastecem o mercado local. São envolvidos também em um projeto de cultivo de ervas medicinais em estufa através de uma parceria com a Fiocruz. Trata-se de uma

comunidade socialmente e culturalmente engajada com diversos projetos relacionados ao artesanato, biblioteca comunitária e capacitação para o turismo. Antes da pandemia Tapera promovia uma série de atividades culturais e tradicionais, como feijoadas e festas juninas.

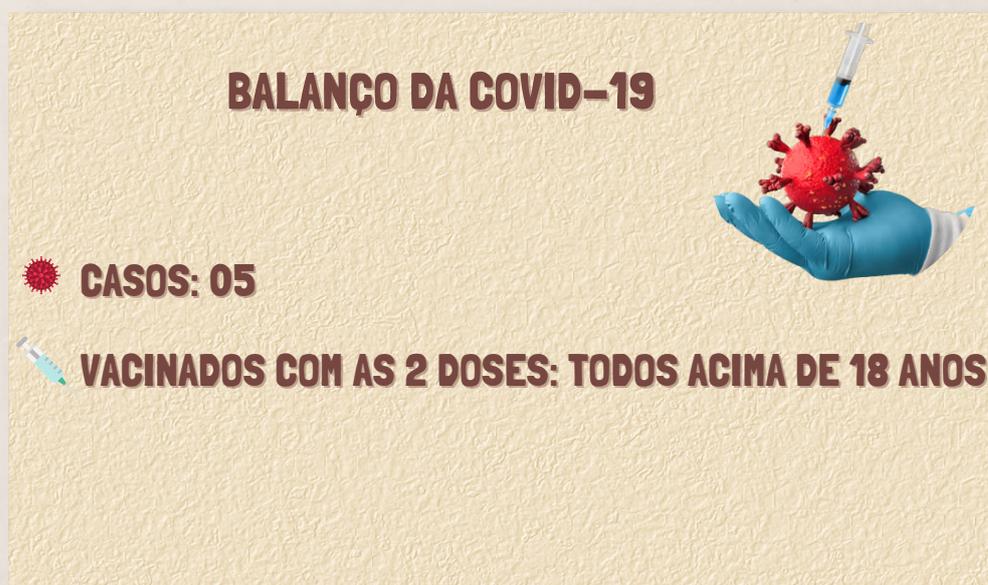
SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Por ser uma comunidade muito ativa, Tapera sentiu o impacto da pandemia na paralisação das atividades sociais e culturais. Os pequenos produtores sentiram as dificuldades em escoar sua produção, sobretudo nos meses iniciais da pandemia.

Em termos de cultura, a comunidade produziu um documentário sobre sua História com recurso captado pe-

la Lei Aldir Blanc.

A vacinação se deu pelo direito quilombola e de acordo com Adão Casciano, vice-presidente da comunidade, todos os quilombolas acima de 18 anos foram vacinados com primeira e segunda dose, com exceção de três famílias que recusaram a vacina.



CENTRO SUL/MÉDIO PARAÍBA/BAÍA DE ILHA GRANDE

ALTO DA SERRA



LOCALIZAÇÃO: RIO CLARO



REPRESENTANTE: BENEDITO BERNARDO LEITE FILHO



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: 45 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: AGUARDANDO PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO



CONTEXTO HISTÓRICO

A Comunidade Quilombola de Alto da Serra está relacionada como a trajetória de famílias de escravizados que trabalhavam nas fazendas de café da região do Vale do Paraíba, sendo esta a região que mais recebeu mão de obra escrava, sobretudo trazida ilegalmente da África, em meados do Século XIX, durante o auge da economia cafeeira.

Com a Abolição e o enfraquecimento da produção de café na região, muitas famílias estabelecidas no local fizeram da produção de carvão vegetal o seu sustento de vida, uma vez que o carvão era a principal demanda das indústrias que se expandiam. Quando a demanda por carvão diminuiu, em razão da Crise de 1929 e do advento de novas tecnologias, as famílias passaram a se dedicar à agricultura familiar. As duas principais famílias da comu-

nidade, Leite e Antero, estabeleceram-se em Alto da Serra nos idos da década de 1950, quando a produção carvoeira estava em declínio, e deste modo concentraram-se na agricultura. Em 1965 as famílias se uniram através do matrimônio de Benedito Leite e Therezinha Antero, que permaneceram nas terras.

Na década de 1970 as terras foram compradas por Araquém Faissol, que por sua vez, concedeu a Benedito Leite a permanência nas terras. Os anos se passaram e consequentemente a família cresceu, na mesma medida em que o dono da terra e seus descendentes se mantinham ausentes. Este fato culminou com disputas judiciais entre na década de 1980 entre os descendentes de Araquém Faissol que reivindicavam a terra e os descendentes das famílias Leite e Antero que ali estavam estabelecidos.

Em 2002 as terras foram a leilão, pelo Banco do Brasil, de modo que o novo proprietário pedira reintegração de posse na justiça. A esta altura KOINONIA desenvolvia um Grupo de Trabalho Jurídico, voltado para a capacitação em direitos e legislação quilombola para os moradores de

Alto da Serra. A comunidade se autodeclarou como remanescente de quilombo e foi certificada como Associação Quilombola Alto da Serra do Mar pela Fundação Palmares em 2010, dando início ao processo pela titulação definitiva do território junto ao Incra.

PANORAMA ATUAL

Atualmente a comunidade tem como fonte de renda a agricultura familiar e pequenas criações de tilápias, patos e galinhas. A produção de queijos, doces, pães e biscoitos para o comércio local também faz parte da renda destas famílias.

As dificuldades cotidianas giram em torno da falta de acesso a políticas públicas e direitos básicos como tratamento de água e esgoto, transporte de qualidade, saúde e educação. Os conflitos pela terra seguem e, ultimamente uma série de construções irregulares têm si-

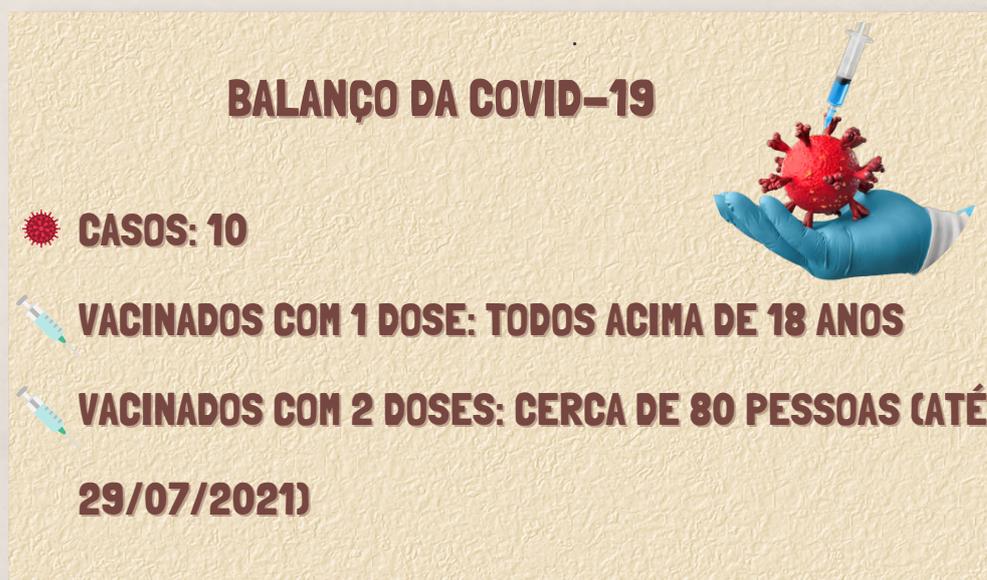
do erguidas no território por não quilombolas, conforme relata o presidente da comunidade, Benedito Bernardo Leite Filho.

Em 2011 ocorreu uma audiência de conciliação acerca da propriedade de um imóvel situado nos limites da comunidade. Araquém Faissol afirmava ser o proprietário de pouco mais de 24 hectares da comunidade. Não houve nenhum acordo possível na ocasião. Em 2014 a ação movida contra a comunidade foi considerada improcedente.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

A falta de apoio ao pequeno agricultor por parte do poder público local já era uma realidade. Com a pandemia a produção agrícola da comunidade ficou ainda mais prejudicada no primeiro semestre de 2020. A vacinação foi ofertada pelo direito quilombola e, até o final do mês de

julho de 2021, haviam 80 quilombolas vacinados com primeira e segunda dose. De acordo com Benedito Leite Filho, faltava pouco mais de 10 quilombolas se vacinarem com a segunda dose, quando concedeu seu último relato à presente pesquisa.



CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA



LOCALIZAÇÃO: PARATY



REPRESENTANTE: RONALDO DOS SANTOS



CARGO: 200 FAMÍLIAS



POPULAÇÃO: ACIMA DE 250 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



TITULADA



CONTEXTO HISTÓRICO

A Comunidade Quilombola de Campinho da Independência, conforme relata Ronaldo dos Santos, é oriunda de três mulheres escravizadas na antiga Fazenda da Independência em meados do Século XIX. Estas três mulheres: Antonica, Marcelina e Luiza receberam um lote de terra no contexto da Abolição, sobretudo no período de decadência econômica da região em finais do Século XIX. Assim, a comunidade hoje estabelecida no local descende destas três matriarcas que resistiram ao sofrimento da escravidão. A comunidade surge com base no trabalho comunitário e ganha notoriedade pelos festejos populares que promovia.

Entre as décadas de 1960 e 1970, a comunidade enfrentou os interesses da especulação imobiliária voltada para a construção de empreendimentos turísticos. A situação se agravou no contexto de construção da Rodovia Rio-Santos (BR 101) que supervalorizou as terras e atraiu a atenção de grileiros que reivindicaram as terras, fazendo com que a comunidade se articulasse politicamente em prol de seus direitos. No mesmo período, a criação do Parque Na-

cional da Bocaina (1971), trouxe medidas que alteraram seus meios de vida, como a proibição da caça e da coleta na mata. É neste período também que se consolida o nome Campinho da Independência que, segundo Ronaldo dos Santos, é oriundo de um pequeno campo de futebol construído na região para o lazer das famílias. Até então a comunidade era conhecida como Sertão da Independência.

Na década de 1980, além do enfrentamento contínuo a grileiros, a comunidade se viu também ameaçada pelo poder público que visava as terras para a construção de uma Área de Proteção Ambiental. Como resposta, é fundada em 1994 a Associação de Moradores do Campinho (AMOC) que passa a organizar a luta coletiva pela titulação definitiva da terra. No ano de 1999 a Fundação Cultural Palmares reconhece a comunidade como remanescente de quilombo e a Secretaria de Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro lhe concede o título definitivo da terra, sendo Campinho da Independência a primeira comunidade quilombola a ter o título registrado em cartório.

PANORAMA ATUAL

Embora seja uma comunidade rural, Campinho da Independência é uma comunidade bem inserida no contexto urbano devido à proximidade com o centro da cidade e a facilidade de acesso, conforme relata Ronaldo dos Santos, presidente da comunidade. Por este motivo o transporte é regular, o sinal de internet é de boa qualidade. No entanto, ainda há que se melhorar o acesso às políticas públicas. A água é encanada e passa por um sistema de filtragem, contudo não se pode considerar que seja tratada, na perspectiva de Ronaldo. A captação de esgoto está obsoleta e necessita de manutenção.

As famílias de Campinho da Independência mantêm em funcionamento um restaurante comunitário e uma casa de artesanato. Os coletores dos frutos da Palmeira desenvolvem uma importante atividade econômica e sustentável, além de fornecerem uma produção agroecológica de outros gêneros ao mercado local. Há também o desenvolvimento de projetos importantes pela comunidade, relacionados ao turismo étnico, desenvolvimento sustentável e cultural. Sobre a questão cultural, as oficinas e rodas de Jongo são uma marca expressiva de Campinho da Independência.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Como a principal fonte de renda da comunidade são os roteiros turísticos, a suspensão das atividades em decorrência da pandemia afetou muito as famílias de Campinho da Independência. De acordo com Ronaldo dos Santos, foi necessária a realização de campanhas de

colaboração e ajuda para as famílias quilombolas. A vacinação transcorreu pelo direito quilombola, no entanto não foi possível indicar o número exato de vacinados. Muitas famílias tratam a Covid-19 como um tabu.

BALANÇO DA COVID-19



-  **CASOS: NÃO SABE INFORMAR**
-  **VACINADOS: NÃO SABE INFORMAR**
-  **OBSERVAÇÕES: MUITAS FAMÍLIAS TRATAM DO ASSUNTO COMO UM TABU, POR ESTE MOTIVO RONALDO DOS SANTOS ARGUMENTA A DIFICULDADE EM CONTABILIZAR O NÚMERO PRECISO DE VACINADOS, ASSIM COMO A QUANTIDADE CASOS, QUE EM SUA PERCEPÇÃO FORAM MUITOS, E OS ÓBITOS, QUE SEGUNDO ELE TAMBÉM OCORRERAM.**

ILHA DA MARAMBAIA



LOCALIZAÇÃO: MANGARATIBA



REPRESENTANTE: JAQUELINE ALVES



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: 200 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



TITULADA



CONTEXTO HISTÓRICO

A Comunidade Quilombola de Ilha da Marambaia tem sua História entrelaçada com a proibição do tráfico de africanos para serem escravizados no Brasil, pela Lei Feijó nos idos de 1831. Conforme relata Daniela Yabeta no Atlas do Observatório Quilombola, a região passou então a abrigar clandestinamente o desembarque de africanos escravizados ilegalmente, ganhando fama internacional pela prática. Em 1847 a Ilha de Marambaia foi vendida ao Comendador Joaquim José de Souza Breves, que adquiriu também os escravizados que nela trabalhavam. O investimento no tráfico ilegal de escravizados era uma das principais atividades exercidas pelo Comendador, que importava escravizados de África para o chamado processo de “engorda”, e assim vendê-los para outros senhores. Prática que lhe rendeu fortuna, mesmo após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que efetivamente proibira o tráfico negroiro.

Após a Abolição o Comendador teria doado as terras da Ilha da Marambaia aos recém-libertos, no entanto não houve nenhum gesto oficial e pouco tempo depois, em 1889 o Comendador falecera. Deste modo, Maria Isabel de Moraes Breves, viúva do Comendador não cumprira a promessa do falecido marido, decidindo então vender a

propriedade à Companhia Promotora de Indústria e Melhoramentos, nos idos de 1891. Em 1896 a Companhia, mergulhada em crise financeira, transferiu a propriedade ao Banco da República do Brasil³. Entre 1908 e 1910 a Marinha do Brasil instalou nas dependências da Ilha a Escola de Aprendiz de Marinheiros.

Entre as décadas de 1940 e 1970, funcionou na Ilha a Escola de Pesca Darcy Vargas. A partir de então a Marinha instalou o Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia no local. Durante a administração da Marinha sobre a ilha, as famílias que lá habitavam foram duramente coagidas com ações que visavam sua expulsão das terras. As ações iam desde a proibição do plantio quanto ameaças diretas, resultando na saída de muitas famílias.

No fim da década de 1990 a pressão sobre os moradores da Ilha se deu pelas vias judiciais através de ações movidas pela União contra as famílias descendentes de ex-escravizados que permaneceram no local, considerando-as invasoras. No entanto, em 2004, a comunidade foi reconhecida e certificada pela Fundação Palmares como Remanescente de Quilombo. A primeira movimentação política de expressão em favor das famílias

3 - O Banco da República do Brasil foi fruto da fusão entre o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil e o Banco do Brasil. Funcionou entre 1892 e 1905, voltando a chamar-se Banco do Brasil. Fonte: CPDOC.



da Ilha da Marambaia foi organizada pela Arquidiocese de Itaguaí, junto à Pastoral Rural. A ação consistiu na montagem de um dossiê, entregue em 1998 às autoridades competentes. A ação foi respondida pela Fundação Palmares que decidiu intervir, no entanto sem êxito. Na época, a Marinha impediu o acesso da Fundação ao território. Tal fato levou o Ministério Público Federal a mover uma Ação Civil Pública contra a Marinha e a Fundação Palmares, com base no artigo 68 da Constituição de 1988, exigindo o fim das ações contra as famílias estabelecidas na Ilha.

Como resposta a Fundação Palmares encomendou um laudo antropológico realizado por pesquisadores de diferentes universidades. O referido laudo, um documento com cerca de 350 laudas foi qualificadamente montado em parceria com KOINONIA, e núcleos de pesquisa como o Núcleo de Referência Agrária, Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas – ambos ligados à UFF; além do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

PANORAMA ATUAL

A atividade econômica desenvolvida pela comunidade gira entorno da pesca e da coleta de mariscos, embora haja quilombolas que trabalhem nos municípios vizinhos, ou na própria Marinha como funcionários civis.

Há uma escola pública na comunidade que oferece o Ensino Fundamental. Quando os mais jovens ingressam

O documento, conhecido como Dossiê Marambaia, foi entregue em 2003 aos órgãos competentes e evidenciou a origem das famílias estabelecidas na Ilha, bem como sua trajetória. Em 2006 o então presidente Lula recebeu das mãos dos quilombolas uma cópia do Dossiê, durante um comício eleitoral em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. No mesmo ano, o Incra finalizou o processo de titulação da terra e publicou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) em Diário Oficial. No entanto, a Casa Civil, à época sob o comando de Dilma Rousseff solicitou a suspensão da publicação para dar seguimento ao projeto de construção de Submarino Nuclear. O fato controverso gerou um intenso e polêmico debate sobre o conceito de Soberania Nacional e Direito à Terra, previsto pela Constituição.

Somente em 2015 o processo foi finalizado e o título definitivo da terra concedido aos quilombolas de Ilha da Marambaia. O nome da comunidade tem origem indígena, que significa “Cercos de Mar”, dado pelo povo Tupi Guarani, segundo relato de Daniela Yabeta.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

O desemprego, a dificuldade em escoar o fruto das atividades pesqueiras e a demora no acesso ao auxílio emergencial foram alguns dos principais problemas agravados pela pandemia. Nesse sentido, além das cestas básicas adquiridas pelo Programa de Aquisição de Alimentos, houve a doação, não apenas de cestas mas

no Ensino Médio precisam buscar outras escolas no continente. A forma de sair ou entrar na Ilha é controlada pela Marinha, que oferece transporte duas vezes ao dia: 6h e 18h.

O acesso a políticas públicas é um desafio. A água vem de olho d'água e o esgoto é coletado por fossas rudimentares.

também de máscara e álcool gel no início da pandemia. Atualmente as famílias adquirem os produtos com recursos próprios.

A vacinação foi realizada pelo direito quilombola e toda a população acima de 18 anos está vacinada.



BALANÇO DA COVID-19

 **CASOS: 30% DA COMUN. † ÓBITOS: 02**



 **VACINADOS COM AS 2 DOSES: 221 PESSOAS**

 **OBSERVAÇÕES: TODA A POPULAÇÃO ACIMA DE 18 ANOS ESTÁ VACINADA COM AS DUAS DOSES.**



SANTA ISABEL E SANTA JUSTINA



LOCALIZAÇÃO: MANGARATIBA



REPRESENTANTE: VICENTE CONCEIÇÃO



CARGO: PRESIDENTE



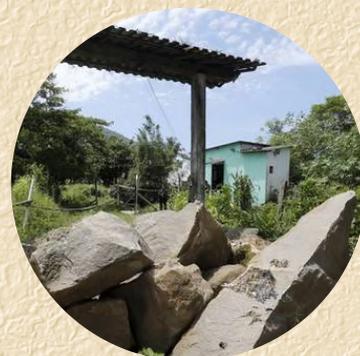
POPULAÇÃO: 24 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: AGUARDANDO RTID



CONTEXTO HISTÓRICO

A origem da Comunidade Quilombola Santa Isabel e Santa Justina está relacionada aos escravizados nas fazendas que levam o mesmo nome. Segundo levantamento histórico as terras abrigavam um imponente engenho de cachaça, além de ter uma potente produção de café e forte criação bovina que proporcionava a produção de leite e seus derivados.

Após a abolição, muitas famílias permaneceram nas ter-

ras, de modo que seus descendentes se mantiveram no local, enfrentando o interesse de empresários ligados ao setor imobiliário.

A luta por direitos fez com que nos anos 2000 fosse criada a Associação Quilombola Santa Isabel e Santa Justina como forma de valer sua luta. Em 2016 a Fundação Palmares certificou a comunidade como remanescente de quilombo e atualmente o processo pela titulação definitiva da terra está em andamento.

PANORAMA ATUAL

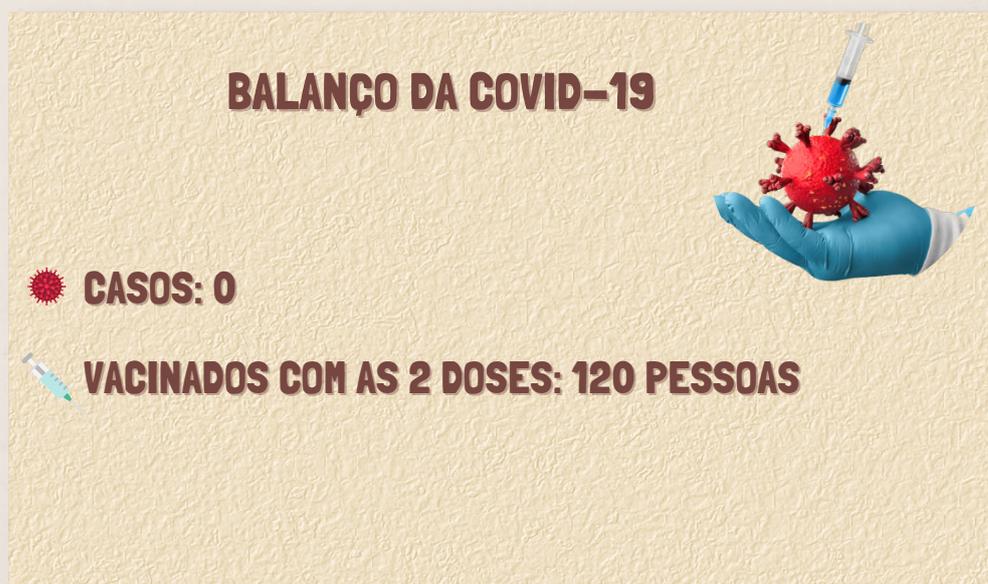
Apesar de ser uma comunidade certificada pela Fundação Palmares, Santa Isabel/Santa Justina enfrenta a ação da Ecoinvest Desenvolvimento Empresarial Ltda que em 2011 adquiriu a propriedade. Em 2017 a prefeitura de Mangaratiba deu o aval para fazer de áreas de conservação ambiental um verdadeiro canteiro de obras voltado para a expansão urbana. A partir de então, toda a

produção da comunidade é obrigada a escoar sua produção mediante o pagamento de um percentual do lucro diário à empresa que controla a passagem com uma guarita. A falta de políticas públicas é um outro agravante. A comunidade não possui luz elétrica, saneamento básico nem água tratada, conforme relata Vicente Conceição, presidente da Associação Quilombola.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

A pandemia afetou as famílias quilombolas com desemprego e dificuldades em escoar sua produção, deixando-as em estado de vulnerabilidade social. Mediante o cenário, algumas ações de doação de cestas

básicas, máscaras e álcool gel foram organizadas no início da pandemia. A vacinação foi realizada pelo direito quilombola e a maioria da população estava vacinada com a primeira e segunda dose no ato da entrevista.



SANTA RITA DO BRACUÍ



LOCALIZAÇÃO: ANGRA DOS REIS



REPRESENTANTE: MARILDA DE SOUZA FRANCISCO



CARGO: COORDENADORA



POPULAÇÃO: APROXIMADAMENTE 127 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: AGUARDANDO RTID



CONTEXTO HISTÓRICO

A Comunidade Quilombola de Santa Rita do Bracuí, conforme relata Emerson Ramos no Atlas do Observatório Quilombola, é oriunda de trabalhadores escravizados na antiga Fazenda Santa Rita, propriedade do Comendador Joaquim José de Souza Breves. As terras da Fazenda Santa Rita foram oficialmente doadas através de testamento que data de 1879. Nele o Comendador afirma ter conservado a fazenda com a finalidade de doar aos seus escravizados, assim que libertos, e seus descendentes, para usufruto da terra, moradia e sustento.

A construção da Rodovia Rio-Santos durante o Regime Militar causou a desapropriação de famílias estabelecidas no local. Além disso, na década de 1970 a comunidade enfrentou o interesse de grileiros e da especulação imobiliária do Condomínio Porto Bracuhy sobre suas terras. No entanto, a comunidade resistiu.

Até a década de 1990 as famílias de Santa Rita do Bracuí acreditavam ser apenas uma comunidade negra rural. Quando tiveram contato com quilombolas do Campinho da Independência, nos idos de 1995, descobriram que suas características condiziam com o perfil de Comunidade Remanescente de Quilombo, de modo que começaram um processo de autorreconhecimento entre seus pares.

Em 1999 a comunidade já se reconhecia plenamente como remanescente de quilombo e em 2005 é fundada a Associação dos Remanescentes de Quilombo de Santa Rita do Bracuí (Arquisabra). Em 2011 a comunidade foi certificada pela Fundação Palmares. O processo pela titulação definitiva da terra segue em andamento no Incra.

PANORAMA ATUAL

Santa Rita do Bracuí perdeu muito de sua capacidade de cultivo por conta dos conturbados processos de grilagem e especulação imobiliária das últimas décadas. Em contrapartida, as novas gerações ingressaram ao mundo do trabalho no contexto urbano.

O viés cultural, no entanto, é um elemento importante de resgate da identidade negra e quilombola que tem sido desenvolvido pela comunidade. "Pelos caminhos do Jon-

go" é um dos projetos que fez de Santa Rita do Bracuí um importante ponto de cultura para o estado do Rio de Janeiro.

Apesar de sua importância, a comunidade é negligenciada pelo Poder Público. Faltam serviços básicos como o tratamento de água e esgoto, além do acesso de políticas públicas de incentivo à cultura e proteção ao meio ambiente e incentivo a práticas agroecológicas.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

A pandemia trouxe um cenário de paralisação nas atividades culturais, assim como ameaçou os empregos dos quilombolas que trabalham no meio urbano. Por estas razões, a insegurança social e alimentar foram uma realidade, sobretudo no primeiro semestre de 2020. Neste período houve doação de mantimentos, máscara e álcool gel na comunidade.

A vacinação se deu pelo direito quilombola a partir de março de 2021. Como relatou Marilda de Souza Francisco, coordenadora da comunidade, a vacinação transcorreu em três etapas.

No mês de junho de 2021 a segunda dose começou a ser aplicada.

BALANÇO DA COVID-19



 **CASOS: NÃO SABE INFORMAR**

 **VACINADOS COM AS 2 DOSES: 600 PESSOAS**

 **OBSERVAÇÕES: APESAR DE TER A PERCEPÇÃO DE MUITOS CASOS EM SUA COMUNIDADE, MARILDA NÃO SABE A QUANTIDADE EXATA DE CASOS. ACERCA DA VACINAÇÃO, A SEGUNDA DOSE FOI CONCLUÍDA NO MÊS DE JULHO PELO DIREITO QUILOMBOLA PARA TODOS COM MAIS DE 18 ANOS. DE ACORDO COM MARILDA DE SOUZA FRANCISCO, A PREFEITURA DE ANGRA JÁ ESTÁ VACINANDO JOVENS E ADOLESCENTES A PARTIR DE 12 ANOS, ALÉM DA TERCEIRA DOSE EM MAIORES DE 60 ANOS, QUE TOMARAM A SEGUNDA DOSE HÁ MAIS DE 6 MESES. NO ENTANTO, NADA FOI OFERECIDO AOS QUILOMBOLAS EM SEU TERRITÓRIO.**

SANTANA



LOCALIZAÇÃO: QUATIS



REPRESENTANTE: JEFERSON



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: 32 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: AGUARDANDO PUBLICAÇÃO DE DECRETO NO D.O.U



CONTEXTO HISTÓRICO

De acordo com os estudos da "Coleção Terra de Quilombos", a região de Santana já detinha certa importância nos idos do século XVIII por ser passagem entre as Minas Gerais e o litoral do Rio de Janeiro. As terras da Comunidade são oriundas da antiga Fazenda do Barão do Cajuru que foram doadas em 1903 para as famílias negras já estabelecidas no local. Segundo relatos orais, seus antepassados vieram de Minas Gerais escravizados para trabalhar no local. A comunidade recebe o nome de Santana em referência à Capela erguida no local em honra e devoção à Sant'Ana.

Muito do território original foi reduzido devido a ação de fazendeiros vizinhos que avançavam sobre as terras em troca de alimentos e remédios oferecidos às famílias da comunidade. Este processo resultou na migração de muitas destas famílias para o centro urbano de Quatis.

Com o passar do tempo, o território original foi sendo reduzido, pois muitas vezes os quilombolas se viram obrigados a recorrer a fazendeiros vizinhos, que ficavam com suas terras em troca de alimentos ou remédios que necessitavam. Em função da perda de terras e da falta de condições para sobreviver, muitas famílias migraram para o bairro São Benedito, em Quatis. Moradores desse bairro mantêm fortes vínculos e afirmam seu parentesco com os que ficaram na comunidade.

A comunidade é dividida em dois grupos espalhados por 723 hectares: "os de baixo" e os de cima". Os chamados "de baixo" estão estabelecidos nas terras doadas pela filha do Barão de Cajuru nos idos de 1903. "Os de cima" estão estabelecidos nas chamadas "terras da Santa", destinadas para a construção da Capela. Estas famílias estão estabelecidas no local desde a década de 1970.

PANORAMA ATUAL

Santana - apesar de ter sofrido uma grande redução de seu território nos últimos anos e das condições precárias que influenciaram na migração de famílias, por ações de fazendeiros e da especulação imobiliária - mantém viva sua identidade cultural com festejos tradicionais e o desenvolvimento da agricultura familiar.

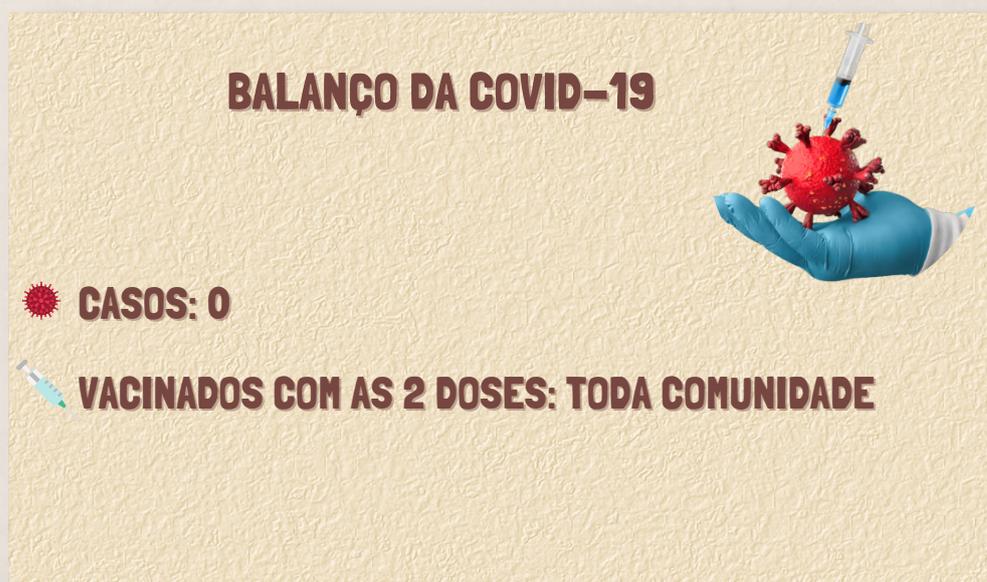
Um dos grandes desafios enfrentados pela comunidade é a falta de acesso a políticas públicas e direitos básicos, como água tratada, saneamento básico, iluminação pública. A questão da saúde também é urgente, pois a comunidade é afastada do centro de Quatis e demanda um posto de saúde.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

A pandemia aprofundou o desemprego, que segundo Jeferson, um dos membros da direção da comunidade, já era um problema sério antes da pandemia. Outra questão relatada é que com a pandemia as visitas turísticas e os incentivos culturais cessaram, de modo que agravou a situação de vulnerabilidade social das famílias. Apenas no

início da pandemia houve doação de máscaras e álcool gel.

A vacinação foi oferecida pelo direito quilombola, no entanto, Jeferson não sabe a quantidade precisa de quilombolas vacinados, apesar de afirmar que toda a comunidade está vacinada com as duas doses.



REGIÕES METROPOLITANAS I E II

FEITAL



LOCALIZAÇÃO: MAGÉ



REPRESENTANTE: VALDIRENE COUTO RAIMUNDO



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: APROXIMADAMENTE 180 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: NÃO HÁ PROCESSO ABERTO



CONTEXTO HISTÓRICO

A Comunidade Quilombola de Feital tem sua História ligada à antiga Fazenda Feital, na região da Piedade, município de Magé. A localidade recebeu muitos escravizados, vindos ilegalmente da África em meados do século XIX, desembarcando no porto que atualmente é um ponto turístico de Magé, o Píer Piedade.

Os escravizados que sobreviviam a travessia do Atlântico e chegavam ao local eram vendidos em um paredão próximo da praia. Muitos destes foram trabalhar nas terras da Fazenda Feital, que hoje também dá nome do bairro em que a comunidade está inserida.

Segundo a presidente do quilombo, Valdirene Couto Raimundo, em entrevista cedida em junho de 2021, o movimento de autorreconhecimento enquanto Comunidade Remanescente de Quilombo é recente, tendo sido iniciado com sua prima, Sirleia Couto Raimundo que é professora e ao descobrir suas origens deu entrada no processo de reconhecimento pela Fundação Palmares. Seus antepassados teriam sido escravizados nas terras da Fazenda Feital, onde permaneceram após o abolição, assim como sua descendência que ali ficou estabelecida. Em 2018 a Fundação Palmares certificou a comunidade como Remanescente de Quilombo.

PANORAMA ATUAL

Uma das principais atividades econômicas desenvolvidas na Comunidade Quilombola do Feital é a pesca e a coleta de caranguejos, cuja venda nas feiras locais representa o sustento de muitas famílias. No entanto, esta é uma realidade em constante mudança devido a ação humana que tem reduzido a viabilidade da atividade pesqueira e de coleta nos mangues. Com esta redução, a procura por

emprego nas cidades, inclusive na capital, se torna uma dura realidade.

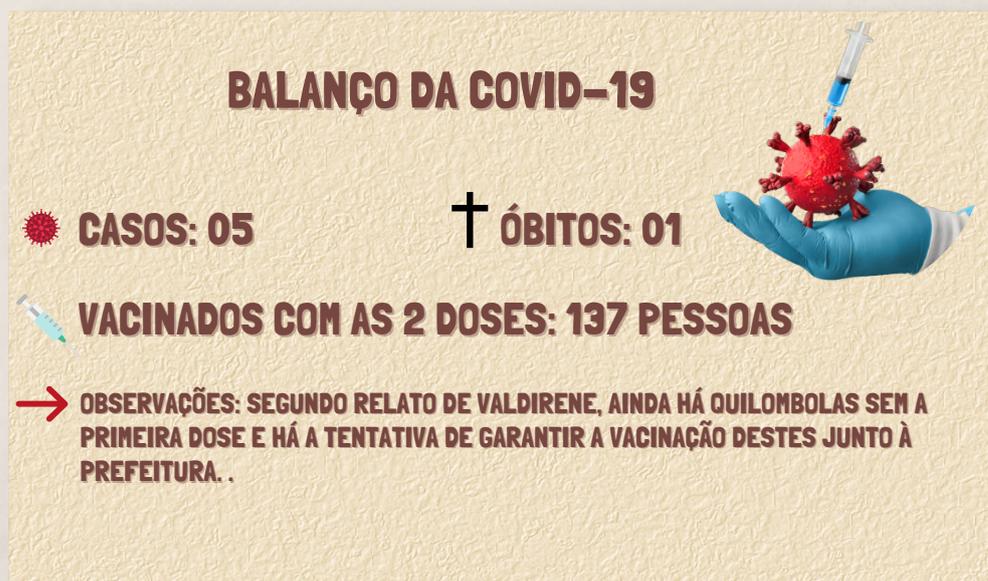
A falta de políticas públicas, sobretudo na área da educação e cultura ameaçam a segurança local, fazendo com que cresçam os índices de criminalidade. Também não há água tratada e o esgoto é coletado através de fossas rudimentares.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

A pandemia aprofundou o desemprego e vulnerabilidade social da comunidade. Conforme relata Valdirene, apenas no início da pandemia houve a doação máscara e álcool gel, no entanto a doação de cestas básicas tem sido constante e de muita ajuda para a comunidade. A vacinação foi um outro agravante. A primeira dose foi oferecida pelo direito quilombola, em abril de 2021. Conforme relata Valdirene, devido sua profissão de Técnica de Enfermagem, e trabalhar no Centro de Imunização, foi possível que a aplicação da primeira dose

fosse feita por ela mesma em alguns de seus pares quilombolas.

A segunda dose não foi oferecida nos quilombos por determinação do Ministério Público, sendo oferecida pelo Município, sem um aviso direcionado à comunidade, de modo que o controle de aplicação da dose se perdeu. No entanto, Valdirene afirma que todos os quilombolas que tomaram a primeira dose, tomaram a segunda. Ficando algumas pendências.



GROTÃO



LOCALIZAÇÃO: NITERÓI



REPRESENTANTE: RENATÃO DO QUILOMBO



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: 63 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: NÃO ESPECIFICADA



CONTEXTO HISTÓRICO

O Quilombo do Grotão tem sua História atrelada a Manoel Bonfim e Maria Vicência, descendentes de escravizados, que nos idos de 1920 chegaram do Sergipe no município de Niterói para trabalhar na Fazenda Engenho do Mato. Na década de 1940 a fazenda faliu e como indenização, o casal recebeu 6 alqueires de terra e 2 mil mudas de bananeira. Assim começa a ser escrita a História do Quilombo do Grotão.

Na década de 1960 a crescente especulação imobiliária pôs em risco a permanência da família, de modo que o Estado precisou intervir para que Manoel e Maria Vicência

permanecessem em suas terras. No entanto, 30 depois, na década de 1990 o Poder Público foi quem ameaçou a permanência das famílias com a criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca que delimitou a área para proteção ambiental.

Nos anos 2000, uma tentativa de desapropriação repercutiu em mobilização da comunidade que se organizou para fazer do quilombo um espaço vivo da cultura afro-brasileira. Em 2016 a Fundação Palmares reconheceu a comunidade como remanescente de quilombo.

PANORAMA ATUAL

Pelo próprio processo de industrialização, expansão irregular de moradias e especulação imobiliária, a agricultura familiar não é uma realidade rentável para a

comunidade. A produção cultural, no entanto, é a marca do Quilombo do Grotão, tendo a comunidade se tornando um importante ponto de cultura através do Programa Re-

de Cultura Viva de Niterói.

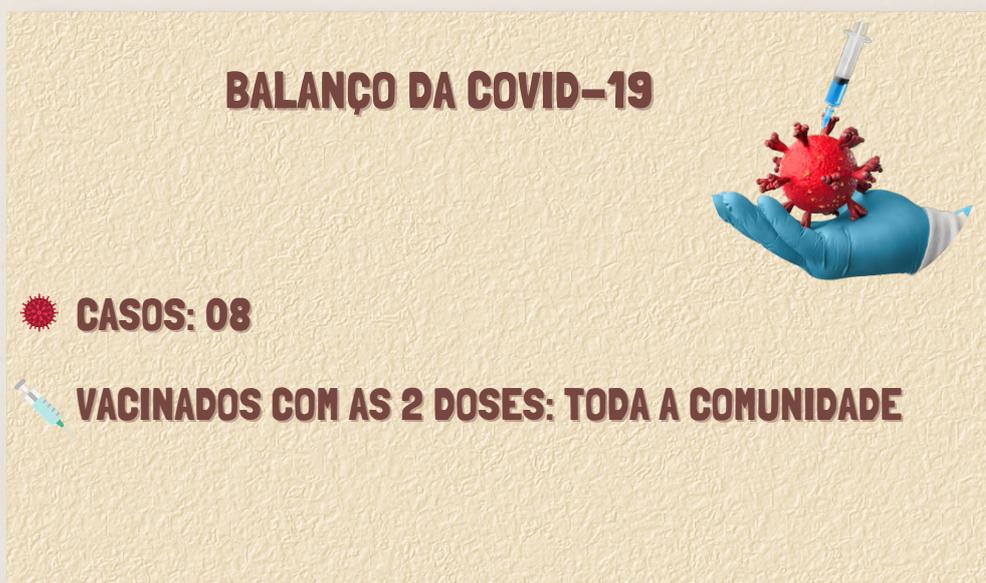
As oficinas de percussão, produção de sabonete com ervas medicinais, capoeira e artesanato estão entre as ati-

vidades mais conhecidas oferecidas pela comunidade do Grotão, além das grandes atividades culturais, como a tradicional feijoada e roda de samba.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Com a pandemia as atividades culturais foram paralisadas. Foi necessária a ação de doação de manti-

mentos, máscara e álcool gel. A vacinação se deu pelo direito quilombola e toda comunidade está vacinada.



MARIA CONGA



LOCALIZAÇÃO: MAGÉ



REPRESENTANTE: BEATRIZ BERNARDES NUNES



CARGO: REPRESENTANTE



POPULAÇÃO: 800 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: NÃO HÁ PROCESSO ABERTO



CONTEXTO HISTÓRICO

Maria Conga é uma das comunidades quilombolas mais conhecidas, tendo sido tema de pesquisas, documentários e até samba-enredo. A figura desta personagem histórica ganha também dimensões religiosas na prática do sagrado na Umbanda, que atribui à Maria Conga o papel de guia espiritual na linha dos pretos velhos.

Conforme relata Camila Abreu no Atlas do Observatório Quilombola, a comunidade tem sua História enraizada na figura de Maria Congo, nascida em África nos idos de 1792 e trazida da Costa do Congo ao Brasil aos nove anos de idade na condição de escravizada. Chegando à Bahia, no início do século XIX, foi batizada com o nome Maria da Conceição e vendida a um senhor de engenho. Nesta época, negras e negros africanos escravizados eram rebatizados com nomes cristãos acompanhados de seu local de origem, por este motivo o nome Maria do Congo ou Maria Conga.

Com 18 anos Maria Conga é novamente vendida e chega a Magé através do porto da Piedade. Com 24 anos de idade

é vendida para o Conde Ferndy Von Scoilder, de nacionalidade alemã e para quem Maria Conga passa a trabalhar até conquistar sua alforria, aos 35 anos de idade.

Com sua liberdade garantida, Maria Conga constrói para si uma casa no meio da mata, em região próxima ao atual bairro do Saco. Assim, iniciou sua trajetória de luta, acolhendo e dando abrigo a escravizados fugidos de seus senhores, fundando assim o quilombo. Conforme contam os relatos repassados pelos mais velhos da comunidade, Maria Conga não gerou filhos e por isso adotava como seus, aqueles que refugiavam-se em seu quilombo. Morreu de causas naturais, já na velhice e as famílias ali estabelecidas, mantiveram-se, assim como seus descendentes.

Em 2007 a comunidade foi certificada pela Fundação Palmares como remanescente de quilombo, sendo a primeira da Baixada Fluminense. Não processo pela titulação aberto por falta de consenso entre a comunidade.

PANORAMA ATUAL

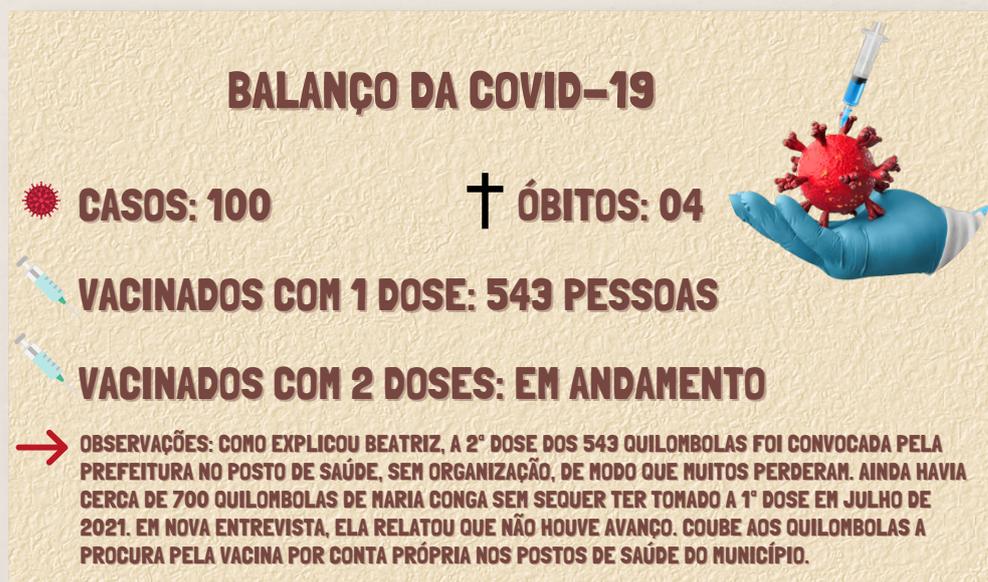
Embora seja uma das comunidades quilombolas mais conhecidas, mapeado pela Unesco, patrimônio cultural e histórico, a realidade da comunidade é outra. A população vive em sua maioria, de empregos informais. A ausência de políticas públicas e direitos básicos, como

água tratada e saneamento básico são um dos problemas mais latentes, além da criminalidade no local. Ainda assim, Maria Conga segue como uma comunidade relevante produção cultural e política no combate ao racismo e discriminação.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

A pandemia agravou o desemprego na comunidade, conforme relatou Beatriz Bernardes Nunes, representante da comunidade. Por este motivo a comunidade se mobilizou para angariar mantimentos, máscaras e álcool gel. A vacinação se deu, inicialmente, pelo direito quilombola, no entanto a prefeitura suspendeu as ações nos quilombos, marcando assim a vacinação nos postos

de saúde. Conforme relata Beatriz, a prefeitura administrou a vacina no centro de imunização mas não fez contato com a liderança local para mobilizar a comunidade. Não convocou a população que não tomou a primeira dose que está faltando, e segundo soube, existe a tentativa de responsabilizar a comunidade pelo ocorrido.



BONGABA



LOCALIZAÇÃO: MAGÉ



REPRESENTANTE: PAULO JOSÉ DOS REIS



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: 400 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: NÃO ESPECIFICADA



CONTEXTO HISTÓRICO

A História de Bongaba tem sua origem ainda no século XVI, conforme relata Paulo José dos Reis, presidente de honra da comunidade e babalorixá.

Um grande contingente de africanos escravizados foi levado para a região, então conhecida como Vila Inhomirim. Muitos destes escravizados trabalharam na construção da Igreja Nossa Senhora da Piedade em 1696 e ali estabeleceram famílias que ainda no contexto de escravidão trabalharam na construção da Estação de Entroncamento (Bongaba) da Estrada de Ferro Mauá, cujo trecho das ruínas perpassa o território.

Após a abolição, muitas terras foram loteadas e muitas famílias permaneceram na região, estabelecendo uma pequena comunidade rural, sem, no entanto, se reconhecerem enquanto remanescente de quilombo. Na década de 1970, a instalação de um lixão na região de

Bongaba impactou diretamente no perfil das famílias negras, descendentes de escravizados na região. A agricultura familiar praticada foi prejudicada e as atividades econômicas destas famílias passaram a girar em torno do próprio lixão.

Já nos idos dos anos 1980, Paulo José dos Reis coordena um importante trabalho de autorreconhecimento da identidade negra e quilombola na comunidade. A partir da década de 1990, a fundação de seu terreiro de candomblé, o Ilê Asé Ògún Alàkòró modifica a realidade da comunidade. Sob a direção do Babalorixá Paulo de Ogun, o terreiro de candomblé afirmou-se como um ponto de cultura e resgate da memória e identidade negra quilombola com ações voltadas para a comunidade, de modo que em 2018 a comunidade foi reconhecida pela Acquilerj e pela Fundação Palmares como remanescente de quilombo.

PANORAMA ATUAL

Bongaba atua como um importante ponto de cultura. Antes da pandemia, a realização de oficinas e feiras voltadas para a produção de artesanato, culinária e atividades culturais eram a marca registrada do quilombo.

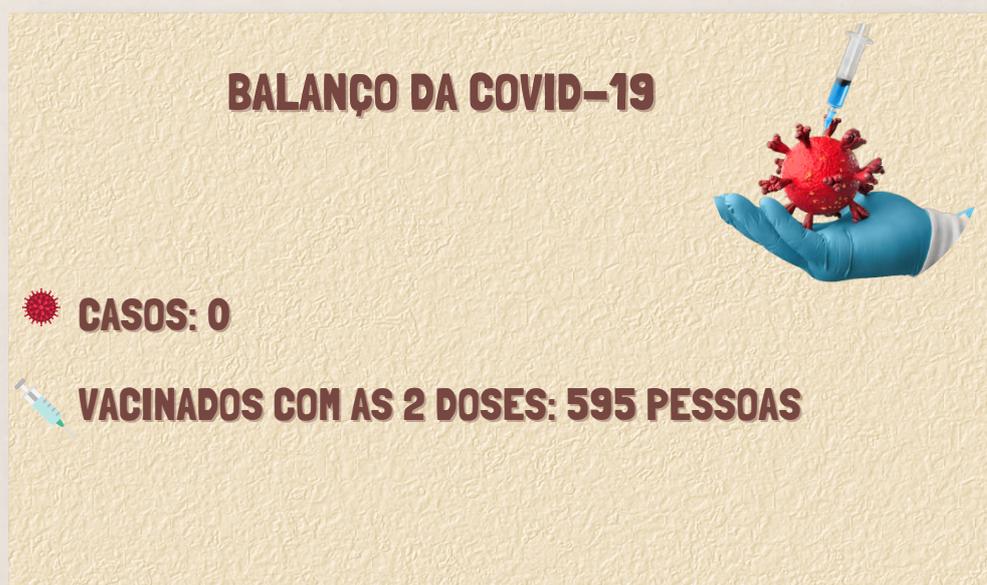
Ainda assim, a ausência de políticas públicas é latente, como relata Paulo José dos Reis (Pai Paulo do Ogun). Não há água tratada ou saneamento básico e isto gera uma grande preocupação com o lençol freático da comunidade.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

A pandemia trouxe um cenário e vulnerabilidade social para as famílias de Bongaba por conta do desemprego e das atividades culturais suspensas, assim como a venda de artesanatos e produtos culinários. O Ilê Asé Ògún Alàkòró foi quem articulou junto à Acquirerj, Conaq e de-

mais órgãos competentes a doação de cestas básicas, máscara e álcool gel.

A vacinação, ofertada pelo direito quilombola, foi aplicada nas dependências do terreiro em toda a comunidade durante as duas doses.



CAPITAL

CAMORIM



LOCALIZAÇÃO: JACAREPAGUÁ



REPRESENTANTE: ADILSON ALMEIDA



CARGO: LÍDER COMUNITÁRIO



POPULAÇÃO: 20 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: PROCESSO ARQUIVADO



CONTEXTO HISTÓRICO

A Comunidade Quilombola do Camorim descende de escravizados que teriam se estabelecido na região, ainda no século XVII, fugidos da Fazenda de Gonçalo de Sá, sesmeiro das terras onde atualmente está localizada a região do Camorim, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. É, portanto, uma das comunidades quilombolas mais antigas do Rio de Janeiro, mas uma das que mais sofre na luta pelo reconhecimento, por se tratar, na atualidade, de um quilombo urbano.

A região, conforme relata Adílson Almeida, liderança da comunidade, abrigava o antigo Engenho do Camorim. As terras em questão correspondiam à sesmaria cedida por Mem de Sá a um de seus filhos, Gonçalo de Sá. Gonçalo teria erguido um engenho, o qual doaria para sua sobrinha, Dona Vitória de Sá e Benevides, anos mais tarde.

Em sua administração, Dona Vitória ergueu a Capela São Gonçalo do Amarante, em 1625 e nos idos de 1667 deixou a propriedade para monges beneditinos na ocasião de morte, já que não tivera filhos. A administração dos monges sobre as terras perdurou até o fim do Séc XIX, quando as terras foram hipotecadas pelo Banco de Crédito Móvel e vendidas e diferentes proprietários. Posteriormente as terras foram desapropriadas pelo governo com a finalidade de fazê-las uma reserva florestal. Atualmente a comunidade quilombola do Camorim está localizada no Parque Estadual da Pedra Branca, criado em 1974.

Conforme relata Adílson Almeida, seus antepassados vieram escravizados de Angola e se estabeleceram no local, onde ele nasceu e foi criado, juntamente a outras



famílias que descendem de africanos escravizados na região. Em uma entrevista dada em 2013 ao Rio on Watch4, Maraci Soares revela que seu primo, então com 89 anos era nascido e criado na comunidade, assim como o pai dele, Caetano, cujo nome consta em registro como um dos ex-escravizados de Dona Vitória Sá. No entanto, cabe também ressaltar que muitas famílias pobres se estabeleceram na região do Camorim, ainda na primeira metade do Século XX, quando o processo de urbanização e industrialização se consolidavam.

Com o passar dos anos a crescente especulação imobiliária pôs em risco a permanência das famílias estabelecidas em Camorim, de modo que em 2004 a criação da Associação Cultural do Camorim (ACUCA) permitiu que a luta pelo território ganhasse mais solidez. Deste modo, solicitaram ao Incra o Relatório Técnico de

Identificação e Delimitação de sua comunidade, assim como pleitearam junto à prefeitura um espaço para que pudesse desenvolver atividades voltadas para a identidade cultural quilombola, mas não obtiveram êxito.

Em julho de 2013 a comunidade foi certificada pela Fundação Palmares como remanescente de quilombo, no entanto, conforme relata Adilson Almeida, o Incra emitiu ofício alegando que o território não correspondia à categoria quilombola, de modo que arquivou o processo pela titulação definitiva da terra. Pouco tempo depois o território foi adquirido pela construtora Cyrela para a construção do Barra Média Village 3, que hospedou a imprensa internacional nos Jogos Olímpicos de 2016. A mobilização da comunidade garantiu uma parte das terras que foi doada pela própria Cyrela à Prefeitura. Atualmente, as famílias de Camorim buscam a titulação.

PANORAMA ATUAL

Por ser um quilombo urbano, mesmo afastado do centro da cidade, Camorim não tem sua renda voltada para a produção agrícola, ainda que o projeto de horta comunitária e produção de temperos seja um projeto em andamento. A biodiversidade do local é muito rica, de modo que ações de sustentabilidade e preservação de espécies nativas são atividades constantemente desenvolvidas em parcerias com escolas e instituições locais.

Camorim de modo geral se afirma como um ponto de cultura e de pesquisa. Em 2016, foram encontrados cerca

de 7 mil artefatos dos séculos XVI e XVII em uma visita técnica e assim a área passou a ser considerada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) um sítio arqueológico.

O descaso do poder público é constante. Em termos fundiários, a prefeitura ainda não passou o território formalmente para a comunidade. Não há saneamento básico, inclusive com detritos sendo despejados no rio Camorim. Por motivos religiosos, cerca de 50% da comunidade não se reconhece enquanto quilombola, somente 20 famílias, segundo Adilson.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Com a pandemia, muitas famílias se viram em situação de vulnerabilidade social com desemprego e dificuldades de acesso ao auxílio emergencial. Com isso houve a mobilização para que a comunidade recebesse doações

de cestas básicas, máscara e álcool gel. A vacinação se deu pelo direito quilombola e toda a comunidade se vacinou, ao menos as famílias que se declaram como quilombolas.



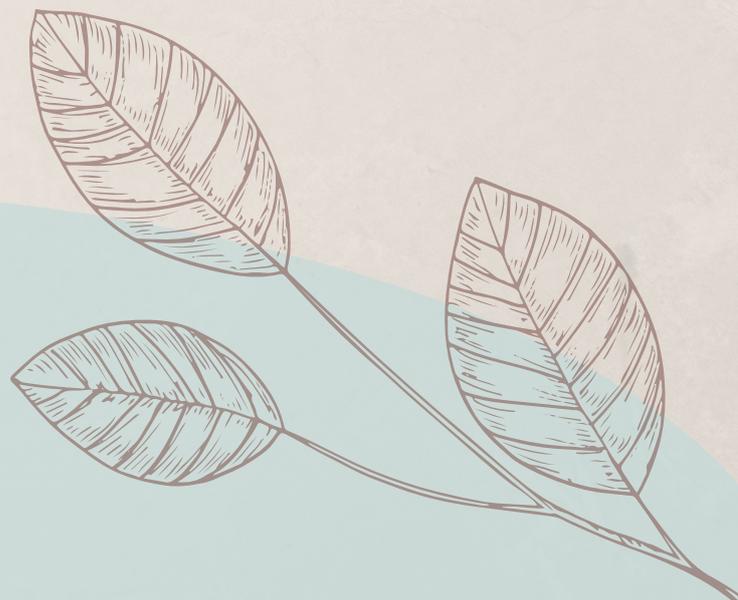
BALANÇO DA COVID-19



 **CASOS: 60**

† ÓBITOS: 20

 **VACINADOS COM AS 2 DOSES: 98 PESSOAS**



CAFUNDÁ ASTROGILDA



LOCALIZAÇÃO: JACAREPAGUÁ



REPRESENTANTE: SANDRO DA SILVA SANTOS



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: APROXIMADAMENTE 150 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: AGUARDANDO RTID



CONTEXTO HISTÓRICO

A História desta comunidade está atrelada famílias negras que se estabeleceram pela Serra de Vargem Grande no contexto da escravidão, e que ali permaneceram pós Abolição. O trabalho escravo nas terras remete ao final do Século XVI quando as terras foram divididas por Mem de Sá entre seus filhos e posteriormente, ao Século XVII, quando as terras passam para as mãos de monges beneditinos.

Após a Abolição, ex escravizados mantiveram-se no local, estabeleceram famílias e um modo de vida baseado na agricultura familiar em meio a Mata Atlântica, atual Parque Estadual da Pedra Branca. Conforme relata Sandro da Silva Santos, a comunidade leva o nome de sua

avó, Dona Astrogilda, devido a importância que teve para a comunidade. Dona Astrogilda nasceu em 1902 e em 1936 funda o Centro Espírita Pai Tertuliano. O Centro, além de um lugar de auxílio espiritual onde Dona Astrogilda dava consultas com seus guias espirituais e seu esposo psicografava receitas de remédios feitos de ervas, era também um lugar de apoio social à comunidade, tendo funcionado até a década de 1960.

No ato de certificação da comunidade enquanto remanescente de quilombo em 2014, pela Fundação Palmares, a comunidade optou em homenagear a matriarca Dona Astrogilda, cuja casa era localizada no Vale do Cafundá. Por isso o nome Cafundá Astrogilda.

PANORAMA ATUAL

Apesar de contextualizar-se como um quilombo urbano, a área em que se situa Cafundá Astrogilda, assim como Camorim, é cercado pela Mata Atlântica, de modo que há pequenas produções na comunidade como o plantio de banana. O perfil econômico, no entanto, é diverso. Há famílias que trabalham no centro da cidade, assim como há um importante comércio local.

A ausência de políticas públicas, sobretudo em matéria de saneamento básico são um problema constante para a comunidade.

Cafundá Astrogilda é também uma comunidade que se projeta como um ponto de luta pela preservação da cultura, memória e identidade negra quilombola.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

A pandemia trouxe um cenário de vulnerabilidade social através do desemprego, da dificuldade em manter o comércio local e da demora em acessar o auxílio emergencial. Conforme o relato de Sandro, houve doação

de mantimentos, máscaras e álcool gel, apenas no início da pandemia. A vacinação se deu pelo direito quilombola e embora toda a comunidade tenha se vacinado, não há como estimar um número preciso, de acordo com Sandro.

BALANÇO DA COVID-19



 **CASOS: NÃO SABE INFORMAR**

 **VACINADOS: NÃO SABE INFORMAR**

 **OBSERVAÇÕES: DE ACORDO COM O RELATO DE SANDRO, HOUE UM NÚMERO RAZOÁVEL DE INFECTADOS PELO CORONAVÍRUS. NO ENTANTO NÃO HÁ COMO DAR UM NÚMERO PRECISO, ASSIM COMO OS QUILOMBOLAS VACINADOS, QUE SEGUNDO SUA PERCEPÇÃO, ESTÃO EM SUA MAIORIA VACINADOS.**

DONA BILINA



LOCALIZAÇÃO: CAMPO GRANDE



REPRESENTANTE: LEONÍDIA CARVALHO



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: APROXIMADAMENTE 250 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: NÃO HÁ PROCESSO ABERTO



CONTEXTO HISTÓRICO

A História desta comunidade se entrelaça com a História de Campo Grande e da região do Maciço da Pedra Branca e Rio da Prata. A região, nos tempos da Colônia foi doada pela Coroa a Barcelos Domingos. A região expandiu com a produção agrícola baseada em mão de obra escrava e anos mais tarde foi palco da construção do trecho da Estrada de Ferro Central do Brasil, em meados do século XIX. As famílias descendentes de ex-escravizados estão há

gerações estabelecidos no local, vivendo da produção agrícola e de pequenas criações de animais. Dona Bilina foi uma importante personagem histórica, oriunda do Morro dos Caboclos, que compreende a área quilombola. Atuou como parteira e rezadeira na região, sendo assim uma referência para a comunidade que resolveu lhe homenagear ao ser certificada pela Fundação Palmares em 2017.

PANORAMA ATUAL

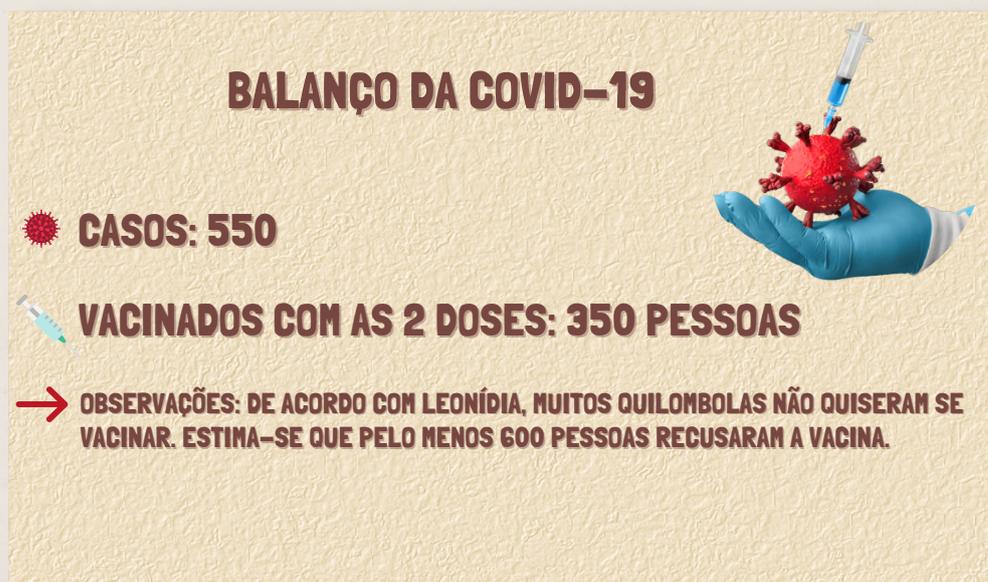
Também localizado no Maciço da Pedra Branca, Dona Bilina tem uma dinâmica diversa. Na comunidade há pequenos produtores, como também famílias que trabalham no centro da cidade, sem relação direta com a

terra. A ausência de políticas públicas é um dos grandes problemas relatados por Leonídia Carvalho, presidente da comunidade. A água é coletada do rio e clorada. Não há saneamento básico.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Além do estado de vulnerabilidade social, a comunidade enfrentou um alto índice de infectados pelo coronavírus. Segundo Leonídia Carvalho foram mais de 550 casos e não

se sabe ao certo o número de mortes. A vacinação foi pelo direito quilombola, mas nem todos quiseram se vacinar, pelo menos 350 quilombolas se vacinaram.



NORTE/NOROESTE

ABC – ALELUIA, BATATAL E CAMBUCÁ



LOCALIZAÇÃO: CAMPOS DOS GOYTACAZES



REPRESENTANTE: PAULO HONORATO



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: APROXIMADAMENTE 295 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: NÃO ESPECIFICADA



CONTEXTO HISTÓRICO

De acordo com o relato de Paulo Honorato, as comunidades de Aleluia, Batatal e Cambucá são oriundas da luta pelos direitos dos trabalhadores das usinas de cana-de-açúcar da região nos idos da década de 1980. Com a falência da usina e o não pagamento dos direitos trabalhistas, estes trabalhadores se estabeleceram nas

terras e lá permanecem até os dias atuais. Como muitas terras foram conferidas pelo Incra enquanto processo de Reforma Agrária, conforme explica Paulo Honorato, presidente do sindicato e representante das comunidades, somente as áreas de uso comum poderão ser identificadas como quilombolas.

PANORAMA ATUAL

As comunidades do ABC vivem da produção rural e do leite e derivados. No entanto, faltam incentivos por parte

parte do poder público voltados para o pequeno produtor.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

O desemprego e a dificuldade para escoar a produção foram os maiores desafios na pandemia. Segundo Paulo, a Acquilerj e a Conaq articularam não só a ajuda de más-

caras e álcool gel como garantiu a vacinação a partir do direito quilombola.

BALANÇO DA COVID-19



 **CASOS: 20**

 **VACINADOS COM AS 2 DOSES: 900 PESSOAS**

 **OBSERVAÇÕES: DE ACORDO COM PAULO HÁ AINDA PESSOAS A SEREM VACINADAS E FAMÍLIAS QUE RECUSARAM.**

BARRINHA



LOCALIZAÇÃO: SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA



REPRESENTANTE: VALDENIRA DA SILVA



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: 75 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



TITULADA



CONTEXTO HISTÓRICO

A Comunidade Quilombola de Barrinha tem sua História ligada ao desembarque clandestino de escravizados em região próxima ao atual território da comunidade, uma espécie de porto clandestino em Manguinhos. Este fenômeno aumentou expressivamente o contingente de escravizados na atual região Norte Fluminense, fazendo com que diversas famílias negras constituíssem comunidades rurais no pós-abolição.

Barrinha é oriunda da antiga Fazenda São Pedro. As pesquisas desenvolvidas a partir da oralidade indicam que rebeliões organizadas por escravizados eclodiram na

região, fazendo que determinadas terras fossem cedidas para moradia e cultivo próprio de famílias negras, apesar de seguirem trabalhando para os antigos senhores.

Os habitantes de Barrinha descendem diretamente das primeiras famílias negras envolvidas neste processo.

Ao longo dos anos a Pastoral da Terra desenvolveu um importante trabalho de conscientização e resgate da identidade étnica, cultural e histórica da comunidade. Hoje, o jongo é uma das atividades tradicionais mais conhecidas que Barrinha desenvolve.

PANORAMA ATUAL

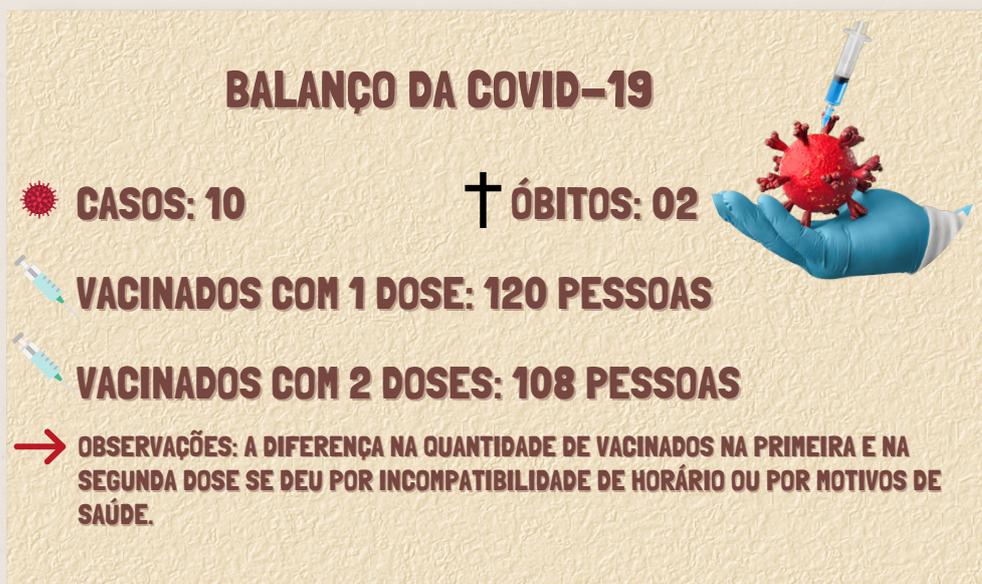
Barrinha é uma comunidade que vive da agricultura familiar, da extração do mel e da pesca artesanal. Embora seja reconhecida como Comunidade Remanescente de Quilombo desde 2006 pela Fundação Palmares, a comunidade ainda enfrenta problemas ligados à falta de

acesso a políticas públicas. Não há água tratada, nem saneamento básico. Ainda assim, Barrinha é uma comunidade de expressão cultural e referência da memória negra quilombola, sendo o jongo uma de suas principais características.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Com a pandemia, inúmeros quilombolas ficaram em situação de vulnerabilidade social, seja pelo desemprego ou pela dificuldade em escoar a produção e a pesca. Leonídia relata que, no início da pandemia, houve doação

de mantimentos, máscara e álcool gel. A vacinação se deu pelo direito quilombola, no entanto nem todos puderam se vacinar na época certa, ou por estarem doentes ou por recusarem a vacina.



CRUZEIRINHO



LOCALIZAÇÃO: NATIVIDADE



REPRESENTANTE: JUANICE RIBEIRO FERREIRA



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: 48 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: AGUARDANDO RTID



CONTEXTO HISTÓRICO

Assim como as demais comunidades da região, Cruzeirinho é oriunda das fazendas locais baseadas na produção através da mão de obra escrava que no contexto da Abolição implantaram o modelo de colonato, em que ex-escravizados trabalhavam por longos períodos em troca do direito à terra. Em função de inúmeros problemas que conseqüentemente iniciam um ciclo de rebeliões locais na segunda metade do Século XIX, muitas famílias negras se constituem em localidades fora dos limites das grandes fazendas, onde conseguem desenvolver um estilo de vida mais autônomo.

Segundo o relato de Juanice Ribeiro Ferreira Vicente, presidente da comunidade, Cruzeirinho é uma ocupação negra iniciada a partir da fuga de escravizados envolvidos na morte de José de Landes, “senhor de escravos” morto em uma das rebeliões locais. No entanto, há também lin-

has de pesquisa que relatam que as terras de Cruzeirinho teriam sido doadas. Fato que Juanice relata ao citar que parte das terras foram doadas para a construção da Igreja de Santo Antônio, de modo que famílias de ex-escravizados teriam se estabelecido ao seu entorno. Daí a alcunha da localidade de “terra do santo”.

Ainda segundo a oralidade dos mais velhos, Cruzeirinho é fruto da miscigenação entre negros e indígenas da etnia Puri, oriundos da “Mata de São Vicente”, fazendo da comunidade um local de resistência quilombola e indígena. O nome da comunidade tem relação com a existência de locais de devoção e rezas, denominados cruzeiros nos limites da “terra do santo”. Locais no alto do morro limítrofe às terras do santo, sempre iluminado por velas. Em 2009 a Fundação Palmares certificou a comunidade como remanescente de quilombo.

PANORAMA ATUAL

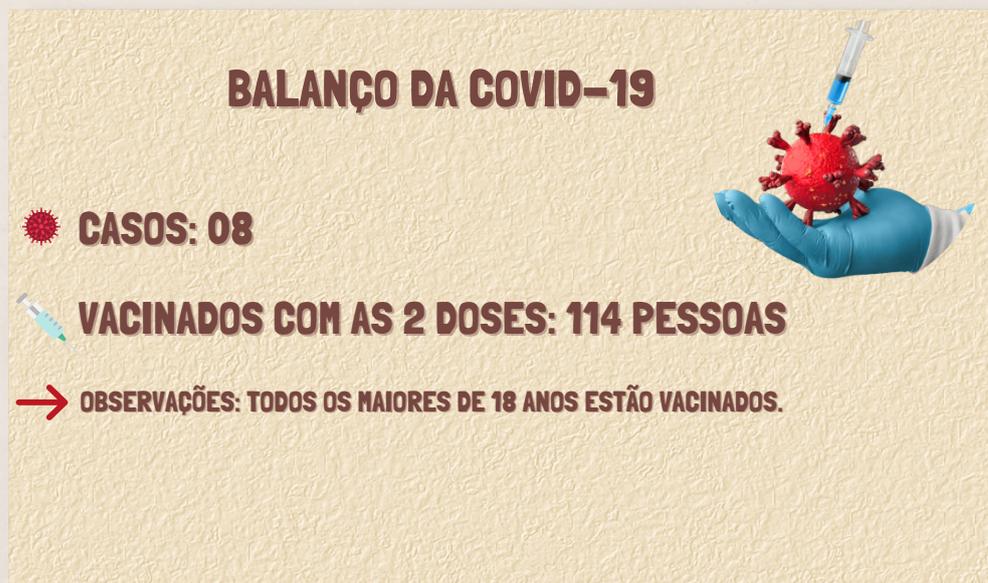
Cruzeirinho se baseia na pequena produção e no resgate da cultura negra e quilombola. Mas a falta de incentivo do

poder público e a dificuldade em acessar políticas públicas e direitos afetam o dia a dia na comunidade.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Em Cruzeirinho não foi muito diferente das demais comunidades da região. A pandemia trouxe consigo desemprego, perda da produção e vulnerabilidade social.

Houve doação de mantimentos e material para a prevenção ao coronavírus no início da pandemia. A vacinação foi oferecida pelo direito quilombola.



CUSTODÓPOLIS



LOCALIZAÇÃO: CAMPOS DOS GOYTACAZES



REPRESENTANTE: RODRIGO DA CONCEIÇÃO AMARO



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: APROXIMADAMENTE 440 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: NÃO HÁ PROCESSO ABERTO



CONTEXTO HISTÓRICO

Estima-se que a Comunidade Quilombola de Custodópolis tenha seus primórdios nas décadas iniciais do século XX. As terras, então de propriedade de doutor Custódio Siqueira, serviam para o plantio de cana-de-açúcar, cuja presença de trabalhadores negros se fazia notória. Em determinado momento, doutor Custódio resolve lotear e vender as terras, segundo os relatos, por preços e condições de pagamento acessíveis.

As primeiras casas erguidas na comunidade foram feitas de pau a pique ou sapê e por este motivo, inicialmente a comunidade era conhecida como “Cidade da Palha”. A

partir dos anos 1970 a chegada de luz elétrica e a predominância de casas de alvenaria tornaram a alcunha “Cidade da Palha” um termo do passado, predominando a referência a doutor Custódio: Custodópolis.

O processo de autorreconhecimento enquanto quilombo ou comunidade remanescente de quilombo é, em maior medida, motivado por uma questão de resgate cultural e identitário que fazem parte de uma demanda por soluções sociais de competência do Estado, uma vez que a propriedade das terras está assegurada. Em 2018 a comunidade foi certificada pela Fundação Palmares como remanescente de quilombo.

PANORAMA ATUAL

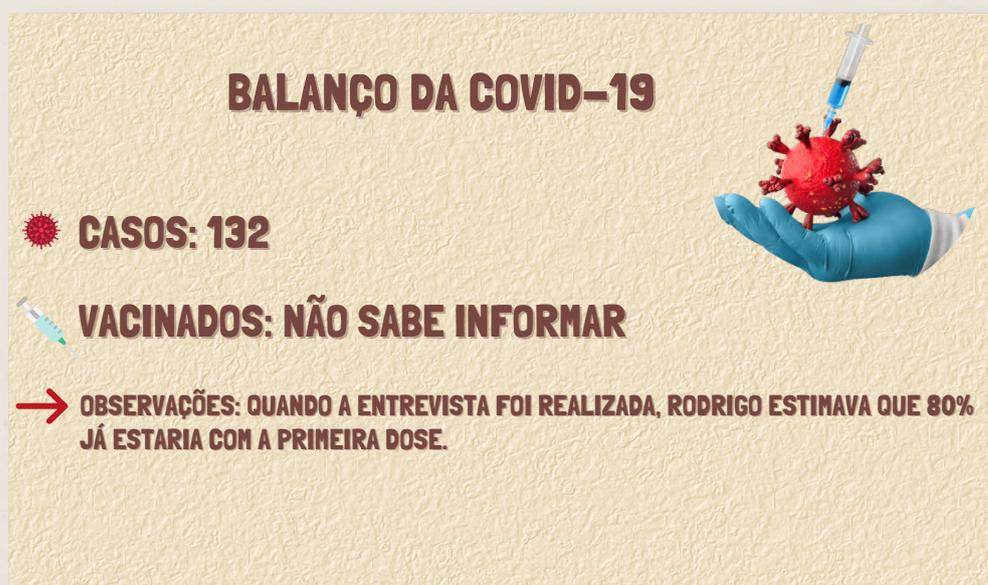
Custodópolis é uma comunidade diversa. Algumas famílias lidam com a produção agrícola, enquanto outras trabalham no ambiente urbano.

Os problemas estruturais são a falta de acesso a políticas públicas e direitos básicos como água tratada e coleta de esgoto.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

A comunidade sofreu com um grande número de casos de Covid-19, além do desemprego e da dificuldade em escoar a produção.

A vacinação se deu pelo direito quilombola e a maioria da comunidade já tomou a primeira dose. A segunda dose estava em andamento no fechamento desta análise.



LAGOA FEIA – SOSSEGO



LOCALIZAÇÃO: CAMPOS DOS GOYTACAZES



REPRESENTANTE: MARIA DE LOURDES DO NASCIMENTO



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: 325 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: NÃO ESPECIFICADA



CONTEXTO HISTÓRICO

Lagoa Feia

Lagoa Feia recebia escravos refugiados das fazendas vizinhas. (Machadinha, Quissamã) pela estrada da Barra. Montaram assim uma comunidade livre cuja produção era compartilhada. O principal meio de acesso à comunidade era a travessia de canoa pela Lagoa Feia que recebeu este nome pela aparência turva da água.

Conforme relata Lourdes, parte das terras também seriam oriundas de doação às famílias de ex-escravizados, no en-

tanto a documentação original e as cópias, em posse do Incra, foram perdidas, dificultando assim a posse definitiva das terras para a construção da sede da Associação, uma escola e uma creche.

Sossego

Sossego é uma comunidade menor, e descende de escravizados pelo Senhor Augusto Pererria, que trabalhavam na região e permaneceram nas terras após o contexto de abolição.

PANORAMA ATUAL

Em dezembro de 2020, Amaro Lopes, então liderança do Sossego, faleceu.

Assim as duas comunidades decidiram se unir. As comunidades têm um perfil semelhante com famílias vol-

tadas para a produção agrícola e outras que trabalham no contexto urbano e enfrentam os mesmos problemas na falta de acesso a políticas públicas na área da saúde, educação e direitos básicos.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

A pandemia deixou as famílias de Lagoa Feia e Sossego em situação de vulnerabilidade social. A falta de emprego e dificuldade do acesso ao auxílio emergencial fez com que muitos quilombolas passassem fome, conforme relata Lourdes. Por este motivo houve doação de mantimentos, máscara e álcool gel articulados pela Acquilerj, Conaq e

igrejas evangélicas locais. Em relação às máscaras e álcool gel, a doação se deu apenas no início da pandemia. Atualmente estão comprando com recursos próprios.

A vacinação se deu pelo direito quilombola, no entanto muitos tomaram a vacina nos postos de saúde.

BALANÇO DA COVID-19



-  **CASOS: APROX. 50**
-  **VACINADOS COM 1 DOSE: MAIS DE 700 PESSOAS**
-  **VACINADOS COM 2 DOSES: EM ANDAMENTO**

→ OBSERVAÇÕES: COMO PARTE DA COMUNIDADE SE VACINOU NOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, NÃO HÁ COMO ESTIMAR UM NÚMERO PRECISO DE VACINADOS. SABE-SE QUE A MAIORIA ESTÁ VACINADA E DANDO SEGUIMENTO À SEGUNDA DOSE.

MACHADINHA



LOCALIZAÇÃO: QUISSAMÃ



REPRESENTANTE: WAGNER NUNES FIRMINO



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: 200 FAMÍLIAS EM 5 NÚCLEOS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: PROCESSO EM ANDAMENTO



CONTEXTO HISTÓRICO

A comunidade tem sua origem na antiga Fazenda Machadinha, que recebe este nome pelo povo goytacaz, devido ao fato de serem encontradas muitas pedras no local em formato de machado, utilizados por eles na confecção de machadinhas.

Ainda no século XVII, sete capitães, fazendeiros que ajudaram a Coroa a combater os franceses, pediram as terras como pagamento. Em meados do século XVIII, as terras foram adquiridas por João Carneiro da Silva, contratador de diamantes da Coroa portuguesa, tendo sido passadas de geração em geração até 1851, quando a área foi herdada por Manoel Carneiro da Silva, vindo a se tornar Visconde de Ururáí.

As terras chegaram a contar com cerca de oito mil trabalhadores negros escravizados. Com a morte do Visconde de Ururáí, a propriedade passou a pertencer a sua filha, Ana Francisca de Queiróz Matoso, que a conservou até falecer, em 1924. Seus herdeiros venderam as terras para a Companhia Engenho Central de Quissamã.

Anos mais tarde as terras tornaram-se patrimônio da Prefeitura, sendo seus lotes utilizados como pagamento de dívidas públicas.

Muitas famílias negras permaneceram no território, fazendo das antigas senzalas sua moradia e preservando práticas culturais como o jongo e o fado. Em 2008 a prefeitura realizou obras de restauração e adaptação das senzalas para moradia, sem comprometer a ideia original da construção.

A comunidade se divide em cinco núcleos, sendo Machadinha o principal e mais quatro núcleos: Bacural, Santa Luzia, Boa Vista e Mutuma. De acordo com o levantamento do Atlas Quilombola, algumas áreas foram adquiridas por compra ou doação, como o caso de Santa Luzia.

Apesar da divisão dos núcleos em diferentes áreas, Machadinha é unida em sua identidade enquanto Comunidade Remanescente de Quilombo. Em 2006 a Comunidade foi certificada pela Fundação Palmares.

PANORAMA ATUAL

Machadinha é uma potência na arte e na cultura. A realização de projetos culturais, oficinas de culinária, produção de artesanato e festividades locais são sua marca. Mas, a geração de emprego e renda,, sobretudo para os mais jovens, é uma das principais dificuldades enfrentadas pela comunidade, segundo Wagner Firmino.

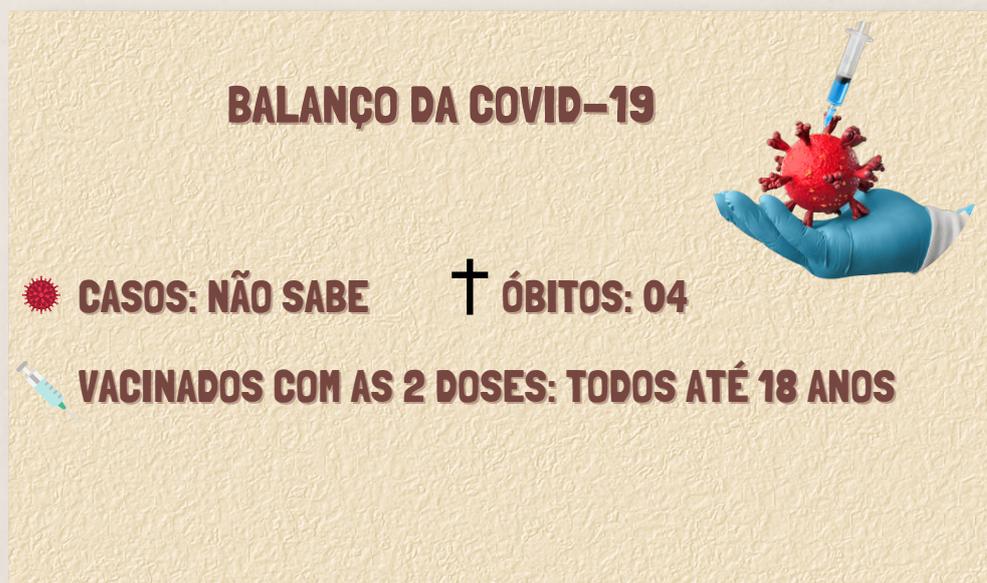
Também de acordo com seu relato só há saneamento básico no núcleo Machadinha, sendo os demais dependentes do abastecimento de água por caminhão pipa, que acontece a cada quinze dias. O esgotamento sanitário nestes locais é feito através de fossas rudimentares.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Com a chegada da pandemia, as atividades culturais foram paralisadas, demandando uma resposta rápida dos governos. Também houve histórico de demissões, de modo que as dificuldades no acesso ao auxílio emergencial trouxeram estado de vulnerabilidade social. A aprovação da Lei Aldir Blanc foi fundamental para que a

comunidade se mantivesse, de modo que hoje, com a flexibilização devido ao avanço da vacina e queda dos casos de Covid-19, tem permitido a retomada de importantes projetos na comunidade.

A vacinação se deu pelo Direito Quilombola, de modo que todos até 18 anos foram vacinados até julho de 2021.



SÃO BENEDITO



LOCALIZAÇÃO: SÃO FIDÉLIS



REPRESENTANTE: FRANK QUILOMBOLA



CARGO: PRESIDENTE



POPULAÇÃO: 160 FAMÍLIAS



SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIFICADA



ETAPA TITULAÇÃO: AGUARDANDO PORTARIA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO



CONTEXTO HISTÓRICO

Conforme relata Frank Quilombola, líder da comunidade, São Benedito tem origem nas famílias escravizadas que trabalhavam na região e que, no contexto da abolição, mantiveram-se na terra trabalhando em regime de colo-

nato. As famílias se expandiram e, hoje, seus descendentes tocam a luta pelo título definitivo da terra. Em 2006 a Fundação Palmares certificou a comunidade como remanescente de quilombo.

PANORAMA ATUAL

São Benedito é uma comunidade que teve a agricultura familiar reduzida nos últimos anos por conta das dificuldades e falta de incentivo do poder público, de

modo que muitas famílias trabalham no contexto urbano.. A ausência de políticas públicas e direitos básicos também são perceptíveis no dia a dia da comunidade.

SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Com a pandemia, muitas famílias se viram desempregadas ou sem possibilidade de tocar sua produção ou negócios. Assim, a vulnerabilidade social e

os casos de Covid-19 marcaram a comunidade, sobretudo nos meses iniciais da pandemia.

BALANÇO DA COVID-19

 **CASOS: NÃO SABE INFORMAR**

 **VACINADOS COM 1 DOSE: 85 (ATÉ 11 DE JUNHO)**

 **VACINADOS COM 2 DOSES: SÓ ENTRE IDOSOS**

 **OBSERVAÇÕES: CONFORME O RELATO DE FRANK, A VACINAÇÃO PELO DIREITO QUILOMBOLA ESTÁ EM SUA FASE INICIAL. APENAS OS IDOSOS HAVIAM SE VACINADO PREVIAMENTE, PELO MUNICÍPIO.**



REFERÊNCIAS

- AZEREDO, Verônica Gonçalves. Da Cidade da Palha à Custodópolis: Memória e Sociabilidades. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16417/9176>>
- COSTA, Luciana Célia da Silva. Quilombo de Caveira / Luciana Célia da Silva Costa - Belo Horizonte: NUQ/FAFICH: OJB/FAFICH, 2016. Disponível em: <<https://antigo.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/memoria/caveira.pdf>>
- GUALBERTO, Ana Emília Martins. Identidades e Direitos: Mulheres lideranças dos quilombos de Barro e Jetimana, Camamu – Ba. Dissertação Mestrado (Pós – Cultura) – Universidade Federal da Bahia, 2018.
- LIMA, Livia Ribeiro. Quilombos e Políticas de reconhecimento: o caso do Campinho da Independência. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-10082009-171656/publico/LIVIA_RIBEIRO_DE_LIMA.pdf>
- PELÁEZ, Daniela Velásquez. Cultura, Política e Identidade: Trajetória Política de uma liderança em Custodópolis. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402011254_ARQUIVO_Cultura,politicaeidentidade-ABA2014.pdf>
- O'Dwyer, Eliane Cantarino. O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais : o caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: E-papers, 2012
- SILVA, Juliana Barreto da. O papel dos mediadores na reconstrução da identidade étnica de duas comunidades étnicas quilombolas do Norte Fluminense: Barrinha e Machadinha. Disponível em: <http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Pos_Sociologia_8835_1339012142.pdf>
- <<https://kn.org.br/oq/o-que-e-quilombo/>> acessado em 05/07/2021
- <https://antigo.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/andamento_processos.pdf> acessado em 10/07/2021
- <<https://www.jb.com.br/rio/2021/06/1030940-quilombos-do-estado-do-rio-sao-os-mais-atingidos-pela-covid-19-no-pais.html>>
- <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/memoria-quilombola>>acessado em 10/07/2021
- <<https://buzios.rj.gov.br/quilombo-da-baia-formosa-e-o-turismo-etnico-em-buzios/>> acessado em 16/07/21
- <<https://eurio.com.br/noticia/13188/quilombos-de-cabo-frio-sofrem-por-falta-de-apoio-contra-o-coronavirus.html>> acessado em 16/07/21
- <<https://oq.fw2web.com.br/2015/05/26/festa-quilombos-unidos-em-acao-chega-a-sua-6a-edicao/>> acessado em 16/07/21
- <<https://br.acozinhadosquilombos.com.br/historia-dos-quilombos/quilombo-botafogo-cabo-frio-regiao-das-baixas-litoranea.>> acessado em 16/07/21
- <<https://kn.org.br/atlasquilombola/comunidades/RJ/caveira/4566/>> acessado em 24/07/2021
- <<http://www.koinonia.org.br/tn/3/caveira.htm>> acessado em 24/07/2021
- <https://umagotanooceano.org/quilombo-zumbi/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=quilombo-zumbi> acessado em 24/07/2021
- <<https://kn.org.br/noticias/rodada-de-dialogos-quilombolas-de-maria-romana/1896>> acessado em 24/07/2021

<<http://mapadecultura.com.br/manchete/terra-de-quilombos>> acessado em 24/07/2021

<<https://br.acozinhadosquilombos.com.br/historia-dos-quilombos/quilombo-de-maria-romana-cabo-frio-regiao-das-baixadas-litoraneas>> acessado em 24/07/2021

<<https://globoplay.globo.com/v/5466847/>> acessado em 24/07/2021

<<https://kn.org.br/atlasquilombola/comunidades/RJ/preto-forro/4563/>> acessado em 24/07/2021

<<https://kn.org.br/oq/2019/02/25/um-territorio-preto-forro/>> acessado em 24/07/2021

<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/3620b663fe7fd44f832565370043e8be/dfbba767257c4e0f83257c30006b662e?OpenDocument>> acessado em 24/07/2021

<http://www.iterj.rj.gov.br/iterj_site/noticias/resgate-do-trabalho-agricola-pelo-iterj-nas-terras-quilombolas-de-preto-forro-146> acessado em 24/07/2021

<<https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2013/03/Barbara.pdf>> acessado em 24/07/2021

<<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/06/25/memorias-da-pandemia-o-adeus-de-tia-ua-matriarca-do-quilombo-da-rasa-no-rio/>> acessado em 24/07/2021

<<https://kn.org.br/atlasquilombola/comunidades/RJ/sobara/1129/>> acessado em 24/07/2021

<<https://teiadospovos.org/diarios-da-pandemia-xx-quilombo-de-sobara-araruama-rj/>> acessado em 24/07/2021

<<https://kn.org.br/noticias/presidente-de-quilombo-no-rio-de-janeiro-sofre-ameacas-por-causa-da-vacina-de-combate-ao-coronavirus/8185>> acessado em 24/07/2021

<<https://kn.org.br/atlasquilombola/comunidades/RJ/boa-esperanca/4562/>> acessado em 24/07/2021

<<https://areal.rj.gov.br/comunidade-quilombola-em-areal-recebera-sistema-de-tratamento-de-agua/>> acessado em 24/07/2021

<<https://racismoambiental.net.br/2016/04/24/balsa-e-simbolo-do-descaso-com-comunidade-quilombola-boa-esperanca-em-areal-rj/>> acessado em 24/07/2021

<<https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/projeto-fotografico-resgata-a-vida-e-os-saberes-do-quilombo-boa-esperanca-em-areal/>> acessado em 24/07/2021

<<file:///C:/Users/pedro/Downloads/1817-Texto%20do%20artigo-7236-1-10-20170502.pdf>> acessado em 24/07/2021

<<https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/quilombo-da-tapera-a-memoria-do-povo-africano-em-petropolis/>> acessado em 24/07/2021

<<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/percorrendo-os-caminhos-da-memoria-no-quilombo-da-tapera>> acessado em 24/07/2021

<<https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/tapera-a-historia-do-quilombo-petropolitano-vira-documentario/>> acessado em 24/07/2021

<<http://kn.org.br/atlasquilombola/comunidades/RJ/alto-da-serra/1124/>> acessado em 25/07/2021

<<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-quilombolas-do-alto-da-serra-do-mar-lutam-pela-titulacao-das-terras-onde-vivem-ha-mais-de-tres-decadas/>> acessado em 25/07/2021

<<https://reisfriede.wordpress.com/2017/04/15/quilombo-do-campinho-da-independencia-patrimonio-cultural-do-brasil/>> acessado em 25/07/2021

<<https://www.brasildefato.com.br/2021/07/13/colheita-consciente-do-fruto-da-jucara-em-quilombo-ajuda-a-salvar-especie-da-extincao>> acessado em 25/07/2021

<<http://kn.org.br/atlasquilombola/comunidades/RJ/ilha-da-marambaia/667/>> acessado em 25/07/2021

<<https://kn.org.br/oq/2019/02/11/dossie-marambaia/>> acessado em 25/07/2021

<https://kn.org.br/oq/2006/10/19/lula-recebe-dossie-sobre-marambaia/>> acessado em 25/07/2021



<<https://reporterbrasil.org.br/2013/02/dilma-desapropria-area-proxima-a-quilombo-para-construcao-de-submarino-nuclear/>> acessado em 25/07/2021

<<https://ecomuseuseraocarioca.blogspot.com/2018/04/quilombo-santa-justina-santa-izabel-sob.html>> acessado em 25/07/2021

<<https://oglobo.globo.com/epoca/comunidades-quilombolas-tentam-resistir-ao-avanco-de-grandes-empreiteiras-23613697>> acessado em 25/07/2021

<<https://antigo.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/memoria/santana.pdf>> acessado em 25/07/2021

<<http://kn.org.br/atlasquilombola/comunidades/RJ/feitail1151/>>

<<https://extra.globo.com/noticias/rio/pier-onde-escravizados-desembarcavam-volta-ser-area-de-lazer-em-image-mas-ainda-precisa-de-aco-es-afirmativas-rv1-1-24757066.html>>

<<http://kn.org.br/atlasquilombola/comunidades/RJ/santa-rita-do-bracui/1127/>>

<<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-apesar-de-reconhecidos-oficialmente-quilombolas-de-santa-rita-do-bracui-continuam-a-lutar-contra-empresa-que-tomou-seu-territorio/>>

<<https://www.brasildefatorj.com.br/2018/11/23/quilombo-do-grotao-resistencia-tradicional-em-niteroi-rj>>

<<http://kn.org.br/atlasquilombola/comunidades/RJ/maria-conga/4570/>>

<<https://extra.globo.com/noticias/rio/quilombo-reconhecido-por-orgao-estadual-quer- virar-ponto-de-cultura-na-baixada-19769387.html>>

<<http://kn.org.br/atlasquilombola/comunidades/RJ/camorim/4554/>>

<<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-quilombolas-de-alto-camorim-lutam-por-territorio-contra-especulacao-imobiliaria-e-grandes-eventos/>>

<<https://rioonwatch.org.br/?p=20726>>

<<https://rioonwatch.org.br/?p=4620>>

<http://aspta.org.br/2021/03/09/demandas-de-agricultores-urbanos-do-macico-da-pedra-branca-sao-debatidas-em-atividades-de-campo>

<<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2017/12/29/quilombos-urbanos-focos-de-resistencia-no-rio-de-janeiro.htm>>

<http://sertaocarioca.org.br/2015/06/quilombola-sim-com-muito-prazer-12>

<https://vejario.abril.com.br/blog/rita-fernandes/sagrada-familia-quilombo-vargem-grande>

<<https://antigorioprata.blogspot.com/2017/04/historico-da-comunidade-remanescente-de.html?fbclid=IwAR3zj9wXsOOPSq4HenGREvdUH3qlStkPF0pRDtLrLZZ-M1Thp5wuMLlplIc>>

<http://kn.org.br/atlasquilombola/comunidades/RJ/camorim/4554>

<http://conaq.org.br/noticias/quilombolas-reconhecidos-em-camposrj>

<https://teiadospovos.org/ataques-a-sobrevivencia-do-quilombo-barrinha-alimenta-um-conflito-que-se-desenrola-entre-fazendeiros-e-comunidade-tradicional>

<http://www.koinonia.org.br/tn/3/rasa.htm>



2021